

Recomposição identitária e cidadania activa.

Novos olhares sobre a situação dos portugueses na região de Nurnberg

A Alemanha perante as migrações internacionais

Comparativamente a outras direcionalidades (T. Hagerstrand, 1957) de e/imigração portuguesa, a ida/vinda dos portugueses para a Alemanha, a partir dos anos sessenta do século XX, integrada num novo fluxo de orientação intracontinental europeu, constitui um fenómeno inédito. Este aspecto adquire ainda maior relevância na medida em que também contribui para alterar uma longa e forte tradição de direcionalidade e/imigratória inter-continental para o continente americano, embora sem romper totalmente com ela, mormente para o Canadá e os Estados Unidos.

Porém, F. Cassola Ribeiro (1986 a, 41), em virtude da pressão dos países de imigração como a França, a Holanda e a Alemanha, com quem Portugal celebra acordos com os dois primeiros em 1963 e com o último em 1964 e da formação dos rápidos e intensos contingentes de saída de mão-de-obra portuguesa neste decénio, afirma que “Ninguém em Portugal parecia querer entender que o movimento não poderia mais chamar-se de emigração mas sim colocação, mera colocação de trabalhadores portugueses não muito longe da porta”. Se juntarmos a esta o que podemos designar de colocação por conta própria, ou seja, a tão propalada e/imigração clandestina entre 1960-1973, o saldo é ainda muito mais elevado.

Ao contrário do que acontecia para a França nesta época, este fenómeno não tem qualquer impacto no que se refere à Alemanha. Isto deve-se, sobretudo, às políticas alemãs de maior exigência de recrutamento de

mão-de-obra estrangeira, ao nível da formação profissional e dum maior controlo fronteiriço e jurídico. Em tais condições, muito dificilmente se poderia partir clandestinamente para a Alemanha na qualidade de imigrante. De resto, diga-se, de passagem, que, até então, a Alemanha nunca tinha sido e nunca se considerou um país de imigração. Contudo, após a 2ª guerra mundial, emerge a mentalidade dum fenómeno imigratório provisório, destinado a desaparecer, logo que a reconstrução e a reunificação estejam efectuadas. Aliás, as palavras não são inocentes (P. Bourdieu, 1982). Na nomenclatura alemã a propósito da imigração ainda hoje não existe sequer o vocábulo de imigrante, mas tão só o termo de *Aussiedler*, para definir as pessoas deslocadas, refugiadas após a segunda guerra mundial e nos nossos dias, as que entram devido à queda do muro de Berlim, em 1989 e o de *Gasterbeiter*, isto é, trabalhador convidado, no quadro das migrações de trabalho, logo provisório.

Esta concepção tendia a perdurar no tempo. Todavia, os fluxos de imigração para a Alemanha têm continuado a crescer, apesar das medidas restritivas desde 1974, a ponto de, nos últimos tempos, serem dos mais elevados no seio dos países da União Europeia. Dos 15 milhões de imigrantes existentes nesta área geográfica e socio-política, em 31-12-2000, 7 296 817 viviam na Alemanha (*Statistisches Bundesamt*). Refira-se, por exemplo, que a lei de 1991 sobre os estrangeiros, emergindo da necessidade de controlar a imigração, fundamentando-se na preocupação de conter este fenómeno, revela ainda reservas em relação à ideia de considerar a Alemanha como país de imigração. Mas, à medida que o tempo passa, a continuidade da permanência dos trabalhadores estrangeiros que já tinham vindo se afigura e o recrudescimento dos movimentos dos que entram, quer como refugiados, quer como trabalhadores se verifica, a sociedade alemã vai tomando consciência da sua situação de país de imigração que pretendia ignorar-se como tal.

A mobilidade dos portugueses para a Alemanha

Aquilo que caracteriza a vinda dos portugueses para a Alemanha, iniciada no princípio dos anos sessenta, do século XX, com a partida de 45 461 portugueses, durante este decénio e 87 405 no seguinte e apenas 187 entre 1980-1984, é o seu aumento progressivo, ainda que entrecortado por um refluxo de regresso durante os finais dos anos oitenta e princípio dos anos noventa. Ao todo, em 1984, registava-se na Alemanha a presença de 133 053 portugueses (F. Cassola Ribeiro, 1986 b), contra 93 000

em 1992 (SOPEMI, 1993; OCDE, 1994). Apesar da onda de regressos, verificada nos anos oitenta e princípios dos anos noventa do século passado, em parte graças à conjugação da realização dos projectos migratórios e dos subsídios de ajuda ao regresso concedidos pelo governo alemão durante o primeiro destes decénios, eis que ainda durante esta década a e/imigração portuguesa para a Alemanha retoma novo fôlego. Em 31-12-2000, segundo os dados do *Statistisches Bundesamt*, residiam na Alemanha 133 726 portugueses, o que indícia uma importante retoma da e/imigração portuguesa para este país na década de noventa do século findo. Destes, 75 952 são homens e 57 774 são mulheres, isto é, 56,79% e 43,2%, respectivamente, o que denota uma predominância da e/imigração masculina. Logo, o reagrupamento familiar não tem aqui o mesmo impacto que tem, por exemplo, em França onde a mesma relação homem-mulher era, em 1999 segundo os dados do INSEE (*Institut National de Statistique d'Études Économiques*), de 51,3% e 48,7%, respectivamente. O trabalho de campo que realizámos em 2000, no norte da Baviera, tendo como ponto de referência Nurnberg,¹ dado ser aqui o centro nevralgico da organização sócio-religiosa dos portugueses na região, permite-nos avançar, como factores explicativos deste fenómeno, a língua, dificuldades de adaptação social, entraves políticos no tocante ao reagrupamento familiar nos anos oitenta e princípio dos anos noventa, vontade decidida de regresso, por parte de alguns, logo o sentido de estadia provisória, por parte dos homens, mas também uma nova forma de e/imigração que se prende com o aumento da subcontratação, exclusivamente formada por homens. Daí que nunca tenham procedido ao reagrupamento familiar. Mas, há

¹ Esta investigação, realizada entre Maio-Agosto de 2000, teve lugar no quadro de uma licença sabática, enquanto docente da Universidade do Minho. Por outro lado, a realização deste trabalho só foi possível graças a uma bolsa de estudo concedida, para o efeito, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e ao importante apoio recebido, desde a primeira hora, da Missão Católica Portuguesa de Nurnberg e das Comunidades portuguesas, em geral, sediadas nesta região, organizadas tanto a nível religioso como associativo. A todas estas instituições e aos portugueses e alemães que mais de perto colaboraram connosco, para que este trabalho pudesse ser realizado, manifestamos o nosso profundo reconhecimento e gratidão. No último caso, apraz-nos destacar, em particular, a colaboração recebida do Dr. Joaquim da Costa, da Ilda Martins, da Noémia Martins, da Mª Rosa, da Lurdes, das famílias Nunes e Pimenta e da Elisabeth Muller, bem como das pessoas e famílias que, tanto no quadro da realização das entrevistas, como de outras formas de apoio e participação, se dispuseram a ser co-actores da investigação que aqui realizámos. Sem de modo algum esquecer, pessoalmente, todos os outros, que nos seja permitido mencionar também o grupo de portugueses que trabalham na região de Rothenburg, no quadro da subcontratação. O trabalho que aqui representamos refere-se apenas a uma parte dos dados que recolhemos para esta investigação, ao longo da nossa estadia nestas paragens alemãs. Esses virão a ser objecto de um outro trabalho que pensamos desenvolver proximamente.

ainda aqueles que, em virtude de um projecto de regresso bem definido, fizeram com que as mulheres regressassem mais cedo para Portugal com os filhos, a fim de prosseguirem aqui a escolarização no secundário ou na Universidade.

Diga-se, em abono da verdade, que desde os anos oitenta do século passado, o movimento e/imigratório português para Alemanha tem sido caracterizado por um fluxo de alguns regressos, cujo resultado numérico parece de algum modo anulado (aliás não identificado, nem pelos serviços portugueses ligados à emigração, nem pelos serviços alemães relacionados com a imigração)² pela vinda contínua de muitos outros, quer no âmbito da subcontratação, quer da livre circulação no interior da União Europeia, ou ainda do reagrupamento familiar, ou até de antigos residentes portugueses no quadro de uma re-e/imigração, como nos mostrou o trabalho de campo que realizámos.

A utilização que é feita do aumento do movimento imigratório em Portugal é manifestada através de muitos discursos políticos ou outros similares, fazendo crer que Portugal se transformou, nos finais do último

² Frise-se que, desde há uns tempos a esta parte, pois que já nos anos oitenta constatamos a presença deste fenómeno em França, muitos portugueses, ao regressarem, não informam nem os Consulados Portugueses, nem os respectivos serviços de imigração nos países onde residem, visando assim precaver-se contra uma eventual dificuldade de reinserção na sociedade portuguesa, assegurando, então, a possibilidade duma nova re-e/imigração para o mesmo país, onde anteriormente já se haviam adaptado. Na Europa, trata-se de uma estratégia implementada ainda antes da adesão de Portugal à então CEE. Desta maneira, preferiam não beneficiar de um certo número de regalias, previstas na legislação portuguesa, a este respeito, mas que os obrigava a entregar todos os documentos relacionados com a sua condição de e/imigrante neste ou naquele país. Neste caso, a probabilidade de virem a re-e/imigrar ou tão só poderem voltar ao país para continuarem a beneficiar do acesso aos serviços de saúde ou da segurança social ficaria deveras comprometida. Preferem, então, agir pelo seguro, guardando todos os documentos que um dia lhes poderão vir a ser necessários. Esta estratégia pessoal e/ou familiar contribui, de algum modo, para falsear, em parte, os dados estatísticos sobre a presença dos portugueses neste ou naquele país de imigração, podendo a realidade não se ajustar aos números indicados, tal como já o fizemos notar para a França em 1992 (M.E. Leandro, 1992, 1995). Noutros casos, inscreve-se ainda numa estratégia de deambulação, inscrita em períodos mais ou menos sazonais de estadia em Portugal, durante a primavera e o verão e em França ou na Alemanha, durante o Outono e o Inverno, ou ainda entre idas e vindas, em ocasiões pontuais, assegurando, assim, a "presença-ausência" (A. Sayad, 1976, 1999) no país que um dia os viu nascer e partir e com o qual mantêm ainda muitos laços de relação e no outro que um dia os recebeu, lhes deu trabalho e condições para acederem a uma vida melhor. Aqui cresceram ou nasceram os filhos e mais tarde os netos, estudaram, brincaram, trabalham, casaram e no qual decidiram fixar-se com a sua família de procriação. Doravante, não é só o país de "adopção", onde adquiriram muitas regalias sociais e reconstruíram a sua identidade, que os atrai, mas também os filhos e os netos que aí continuam a residir. Estes podem ser considerados co-actores de novos laços familiares que mantêm unido o passado, o presente e as promessas de futuro.

século, num país de imigração e deixou de ser um país de emigração, não corresponde à realidade. O que acontece é que Portugal se tornou, simultaneamente, num país de emigração e de imigração (M. I. Baganha, J. Peixoto, 1996; M. E. Leandro, 1999). De resto, esta só com a vinda dos fluxos intensos de imigrantes dos Países de Leste, no dealbar do milénio, suplantou a emigração (M. E. Leandro, no prelo). Mesmo assim, há muitos portugueses que continuam a e/imigrar para países onde pensam encontrar melhores condições económicas e sociais para acederem, rapidamente, com as suas famílias a uma vida melhor. Pode até dizer-se que a continuidade das correntes emigratórias portuguesas permite fazer uma radiografia das distâncias sócio-económicas que separam ainda a sociedade portuguesa daquelas para onde se dirigem muitos portugueses. Aliás, a mobilidade humana, no espaço internacional, denuncia claramente as diferenças, por vezes gritantes, entre países ricos e desenvolvidos e os outros que estão mais ou menos longe de os virem a acompanhar.

Refira-se ainda a emergência de uma nova forma de emigração, totalmente inédita na história da emigração portuguesa, que se prende com a emigração de pessoas idosas para junto dos seus familiares, no quadro dos países da União Europeia. Para muitas destas, os projectos de regresso para o país natal, tendo-se transformado em projectos de instalação, mais ou menos definitiva, no país que um dia os acolheu, fazem reequacionar a questão do apoio aos pais na velhice e na doença. Neste último caso, a questão é tanto mais premente quanto consideram que os serviços de saúde nos países onde residem são mais acessíveis, mais céleres para intervir e mais eficientes nos resultados que daí decorrem. Postos perante esta possibilidade, ao trazerem os pais para a sua companhia, procuram, por um lado, dirimir possíveis problemas de consciência que possam estar associados à separação, devido à e/imigração e, por outro, consideram ser mais fácil apoiar e seguir o evoluir desta situação, no entardecer da vida de alguns dos familiares progenitores. J. Portugal Branco (2001, 5), baseando-se nos dados do recenseamento de 1999 em França (INSEE), diz que o número destas situações aumenta neste país. "De realçar que 818 Portugueses recém-chegados têm, actualmente, mais de 75 anos, o que implica que a respectiva instalação em França foi sistematicamente posterior à idade de aposentação.

Destas pessoas, 37 declararam-se como activas em 1999, implicando este facto que 781 pessoas não exercem qualquer tipo de actividade profissional".

Não dispomos de dados numéricos para a situação portuguesa na Alemanha. Contudo, o trabalho de campo que realizámos na região de

Nurnberg permitiu apercebermo-nos também desta situação. De resto, através de entrevistas realizadas, junto de algumas famílias, em situação idêntica, constatámos predominarem aqui dois factores de explicação, similares aos encontrados por J. Portugal Branco em França. Um prende-se com uma forma particular de reagrupamento familiar, caracterizada pela vinda dos ascendentes, integrando, deste modo, a célula familiar, até então composta pelos que e/imigraram para a Alemanha e os seus descendentes ou tão só pela família de procriação,³ agora reduzida aos cônjuges. A outra com a re-e/imigração e reinstalação na Alemanha de parte de alguns ex-e/imigrantes, após uma malograda tentativa de reinstalação em Portugal. Nestes casos, normalmente, a ideia de regresso é abandonada, dando assim mais força e coesão à decisão da permanência na Alemanha.

Um outro caso, em que constatámos haver uma situação similar, tem a ver com a condição daqueles que e/imigraram, em virtude de uma falência económica, por vezes associada a pequenas empresas. Em tais condições, tanto quanto possível, procedeu-se rapidamente ao reagrupamento familiar. Por sua vez, a ideia de retorno, para além do regresso intercalar durante as férias, é suspensa ou praticamente afastada.

Numa conjuntura dominada pela sensação de um forte falhanço no interior da terra natal e, ao invés, da possibilidade de triunfar dessa situação em terra estrangeira, o sentimento da continuidade na Alemanha sai reforçado. Para tanto, também muito contribui a força das redes de inter-conhecimento nos dois extremos da cadeia migratória, chegando, à partida, a fazer intervir os próprios futuros patrões na Alemanha. Em certos casos, o conhecimento dos mesmos e a garantia de um contrato de trabalho antecede a partida dos candidatos à e/imigração. Encontrámos casos em que o conhecimento entre futuros patrões e empregados começou por ter lugar em Portugal, durante os períodos de férias dos primeiros, ante a mediatização dos seus antigos empregados. Assim, as migrações internacionais do presente estão ligadas às migrações do passado, ainda antes de se relacionarem com as condições económicas do presente. Este resultado provem também de uma inter-dependência que existe entre os emigrantes de épocas sucessivas, ou seja, de um fenómeno de arrastamento e do capital de relações inter-pessoais e profissionais que os primeiros vão criando nos países para onde se dirigiram.

³ Por família de procriação entendemos aquela que é formada pelo casal progenitor e a sua prole ou tão só pelo casal, após os filhos terem deixado a casa paterna, logo a família de orientação ou de origem, para formarem, eles próprios, a sua família de procriação.

Pode, então, dizer-se que, mais recentemente, a e/imigração portuguesa para a Alemanha se situa na articulação entre uma escala macroscópica das condições favoráveis, sob o ponto de vista socio-económico e político e uma escala microscópica das decisões e relações individuais. Neste sentido, o e/imigrante é sujeito-actor das suas decisões e não apenas o reflexo de quaisquer determinismos sociais. As suas decisões são também influenciadas e favorecidas por uma rede de inter-conhecimentos inter-individuais que de maneira directa ou indirecta, por vezes, englobam também os próprios alemães. Sendo assim, não são apenas as condições sócio-económicas que determinam as migrações internacionais, mas também a história das deslocações, beneficiando os últimos das redes de inter-conhecimento dos primeiros, nos países de imigração e dos laços sociais que aí conseguem sedimentar.

Igualmente, o espaço deixa de ser isotópico. Cada ponto tem uma dimensão de unidade definida pelas redes invisíveis de laços urdidos pelos e/imigrantes do passado e do presente e, em alguns casos, dos próprios patrões de uns e de outros. Com esta perspectiva, não pretendemos, de modo algum, negar o peso das determinações económicas e políticas. Consideramos, tão somente, que estas apenas são dotadas de maior eficácia quando relacionadas com os mecanismos espaciais que as mesmas produziram, solidificados ao longo do tempo e com uma rede de dinâmicas inter-pessoais.

Nesta perspectiva, não basta conhecer as rotas de direcionalidade e beneficiar das vantagens de ser cidadão da União Europeia para poder deslocar-se e instalar-se em qualquer país que a integra. Ademais, muitos dos portugueses que entrevistámos, tendo e/imigrado nos anos noventa, evocam esta prerrogativa, sem a qual consideram ter sido muito mais difícil vir trabalhar para a Alemanha. No entanto, se é verdade que com a lei da livre circulação, que abrange também Portugal a partir de 1 de Janeiro de 1992, os portugueses podem circular no interior deste espaço europeu, a mesma prerrogativa não lhe concede, *ipso facto*, a possibilidade de permanecerem mais de três meses em qualquer desses países, sem um contrato de trabalho ou a garantia de disporem de outros meios económicos que não façam deles uma sobrecarga para o país que os recebe, inclusive em termos de acesso aos serviços relacionados com a segurança social. Pese embora uma maior sensibilidade de todos os países ricos e muitas vezes recebedores de mão-de-obra imigrante, em relação a tudo o que se relaciona com a defesa dos direitos humanos e, por conseguinte, um outro olhar também de cariz ético e moral e não apenas económico sobre as migrações

internacionais (M. E. Leandro, 1993 e no prelo; C. Withol de Wenden, 1999), na realidade, nem sempre estas prémias parecem triunfar. Apesar de uma muito maior abertura dos Estados da União Europeia, no que se refere à livre circulação, o contrato de trabalho continua a ser a principal garantia de estadia em qualquer desses países. De resto, não nos é estranho o facto de muitos portugueses que partiram no quadro da subcontratação, por vezes até vítimas de logros de empresas portuguesas fictícias sediadas em Portugal, como de resto aconteceu com alguns dos nossos entrevistados, exactamente para a Alemanha, se verem obrigados a regressar, logo que os mesmos terminem e não sejam renovados. Para outros, valeu-lhes o reencontro com outros portugueses que, com eles, conseguiram encontrar os meios necessários para ultrapassarem esta situação e poderem ficar. Daí que, o facto de partirem, assegurando-se de que irão ter um contrato de trabalho com garantias de continuidade, represente uma mais valia, logo que se decide e/ou imigrar.

De um tal modo de conceber, hoje, os fluxos de mobilidade dos portugueses para a Alemanha, tendo sobretudo como pano de fundo a região estudada, emergirá uma outra questão que se prende, agora, com a sedentarização de muitos portugueses nestas paragens. Quais são então os principais factores que têm levado muitos portugueses, que outrora partiram com projectos migratórios de curto e médio prazo, a passarem ao longo prazo, a adiarem o projecto de regresso *sine die* ou optarem antes por se manter neste país? E neste percurso de tempo, ao longo do qual se produziram novas vivências num outro contexto social quais as mudanças identitárias que se foram operando? E a problemática da cidadania, uma noção já de si carregada de várias significações, mas que tendem a ampliar-se, em contexto migratório internacional, que formas reveste para os portugueses na região em estudo? Incidindo sobretudo sobre o profissional, o familiar, o social, o cultural, o religioso e o político, é o que procuramos analisar, ao longo deste trabalho.

Metodologia de investigação

O objectivo da investigação que prosseguimos no norte da Baviera, mais concretamente em Nurnberg, Bamberg, Furth, Hof, Herzogenaurach e Milttenberg, é proceder a uma análise teórico-empírica, relacionada com o processo de recomposição identitária e a emergência duma cidadania activa, ao longo da trajectória migratória dos portugueses nesta região. Este objectivo exige um estudo aprofundado, permitindo apreender a dinâmica

deste processo de transformação. Para uma análise desta natureza, o recurso a técnicas de investigação de carácter qualitativo, como a observação directa e participante e a entrevista individual e/ou de grupo, gravada, junto de alguns portugueses, até atingir o fenómeno da saturação⁴ (60 ao todo), cujas características estão identificadas nos dados insertos no quadro nº 1), revelou-se a mais adequada.

Procedemos ainda a uma pesquisa documental, nos arquivos da Misão Católica Portuguesa, sediada em Nurnberg e nos serviços *Bayerisches Landesamt für Statistik und Datenverarbeitung*. Não se trata de proceder a uma análise exaustiva das diferentes situações migratórias, e insistimos sobre este aspecto, apenas possível a partir de uma amostragem representativa. Precisamos ainda, que também não se trata de uma série de histórias de vida, técnica metodológica que, permitindo a recolha de dados muito ricos, em virtude da ausência de uma rigorosa sistematização do estudo do meio, face ao tempo e aos meios de que dispúnhamos, não se ajustava ao nosso objectivo. Importa, porém, referir que, em três dos casos das pessoas entrevistadas, sem qualquer intenção definida à partida neste sentido, tanto pelo seu carácter de profundidade e extensão, como pelo recurso a entrevistas sucessivas, dado o grande interesse e disponibilidade manifesta dos entrevistados, nos aproximamos bastante desta forma de recolha de dados.

Uma vez que, com este trabalho, nos propúnhamos estudar o processo de recomposição identitária e os modos e condições de construção duma cidadania participativa, junto do grupo acima indicado, procurámos estabelecer a relação com um conjunto de variáveis fundamentais: dinâmica dos projectos migratórios, tipo de actividade, situação familiar e relações inter-geracionais, duração da estadia, aspirações, relações com o contexto social envolvente, relações com as instituições e organizações portuguesas sediadas na região e relações com Portugal.

Uma última precisão se impõe. Como se trata de uma investigação limitada no espaço e na dimensão da população entrevistada, os dados recolhidos, objecto da nossa análise, em caso algum permitem qualquer tipo de

⁴ Segundo D. Bertaux (1980, 205), "A saturação é o fenómeno através do qual, após ter sido feito um certo número de entrevistas (aliás, biografias ou não), o investigador ou a equipa tem a impressão de nada mais aprender de novo, pelo menos no que se refere ao objecto sociológico da investigação". Decidimos, assim, no interior duma população mais ou menos diversificada (sexo, idade, profissão, duração da imigração...), prosseguir as entrevistas até obtermos a repetição mais ou menos sistemática dos mesmos dados informativos, o que nos permite mesmo daqui retirar certas recorrências.

extrapolação. Deste modo, qualquer tipo de generalização abusiva é indevida e não se inscreve de modo algum nos nossos desígnios de investigação.

QUADRO Nº 1 – CARACTERÍSTICAS DOS ELEMENTOS ENTREVISTADOS

SEXO		IDADE			GRAU DE ESCOLARIDADE			PROFISSÃO		
H	M		H	M		H	M		H	M
21	39	19-24	1	1	3ª classe	1	2	Cabeleireira	-	2
		25-29	4	3	4ª classe	12	18	Dactilógrafo(a)		
		30-34	3	5	5ª ano	-	2	Desenhador de Máquinas	1	
		35-39	4	3	6ª ano	2	5	Emp. Domestica	1	23
		40-44	2	6	7ª ano	2	2	F. Público	1	
		45-49	4	7	8ª ano	-	2	Mecânico	2	
		50-54	-	7	9ª ano	2	4	Operário(a)	14	11
		55-59	1	5	10ª ano	-	1	Pintor	1	
		60-64	2	1	11ª ano	1	2	Secretário(a)		2
		65-69		1	12ª ano	-	1	Tipógrafo	1	
					Curso Comp.	1	Sem profissão		1	

ESTADO CIVIL							
Casado		Solteiro.		Divorciado		Viúvo	
H	M	H	M	H	M	H	M
14	33	4	1	2	4	1	1

Contexto estrutural da investigação

a) As estruturas económicas e sociais

A região norte da Baviera, dispondo de extensas áreas florestais e de produção agrícola, nem por isso beneficia menos de uma importante industrialização e extensão do sector terciário. Ademais, a taxa de natalidade na Alemanha, desde os anos setenta, que se vêm tornando numa das baixas da União Europeia. Ao longo dos últimos tempos passou de 1,41 em 1986 para 1,3 em 1996 (EUROSTAT, 1997).

Daí, que apesar do desemprego que se faz se sentir, nos ramos de actividade mais empregadores da mão-de-obra imigrante continue a haver

ainda uma procura neste sentido. O sector da construção civil, para aonde ainda vão trabalhar muitos portugueses no quadro da subcontratação, revela-se dos de maior impacto a este propósito. Apesar dos nossos entrevistados dizerem que os alemães não se importam arregaçar as mangas e fazer qualquer trabalho, logo que seja necessário, também aqui parece verificar-se uma lei social que, em tempo de crescimento económico, faz com que os autóctones tenham mais tendência para abandonar determinado tipo de trabalho mais desvalorizado, duro e mal pago e reservá-lo antes para os imigrantes. É assim que, por exemplo, o sector terciário no domínio dos serviços emprega muitos imigrantes nesta região tal como acontece também com os portugueses. Todavia a maioria, sobretudo os homens trabalham no sector secundário. Quanto às mulheres, muitas também estão nestas condições mas não tanto como nos primeiros tempos da imigração portuguesa para esta região. Com a reconversão de alguns ramos da economia e a falência de muitas empresas aonde trabalhavam, muitas viram-se compelidas a trabalhar no serviço doméstico em casa de particulares. De qualquer modo, o desemprego sendo elevado, no seu dizer, após a livre circulação no interior da Europa, que desde 1992 abrange também Portugal, não parece ser uma ameaça para os portugueses que aqui residem. De resto, a livre circulação no interior da União Europeia é considerado por vários dos nossos interlocutores como um factor favorável à emigração portuguesa para a Alemanha nos tempos que correm.

Concomitantemente, encontram nesta região uma vasta rede de infraestruturas sociais e culturais de índole, educativa, que vão desde o infantil à Universidade e outras instituições similares, habitacional, dos serviços da segurança social e da saúde, do apoio às comunidades estrangeiras, várias instituições de cultura umas e outras capazes de responderem às suas necessidades e realização das aspirações mais imediatas.

Ao todo, em 31-12-2000 habitavam na região da Baviera 1 117 412 estrangeiros, sendo 846 038 oriundos do continente europeu, 26 200 da África, 43 036 da América, 95 421 da Ásia, 1 881 da Oceânia e 6 835 com uma situação ainda indefinida (sic: Auslanderzentrairegister beim Bundesverwaltungsamt). Da totalidade, 336 806 pertencem a países da União Europeia, entre os quais 9 313 portugueses.

b) A implantação dos portugueses no Norte da Baviera

O trabalho de pesquisa que desenvolvemos, entre Maio-Agosto de 2000, teve lugar na Alemanha, no norte da Baviera, nos locais acima

designados, com particular incidência para Nurnberg e Bamberg, dado ser aqui que estão sediadas as principais estruturas da organização associativa e religiosa da região em estudo. Refira-se que as primeiras, com sedes próprias, encontram-se um pouco por todos os locais onde o número de portugueses o justifica. Por exemplo, com maior ou menor dimensão, existem em todos os locais acima designados. Todavia, a Associação que encontrámos com maior amplitude, tanto em termos de espaço como de estruturas e actividades socio-culturais – inclusive de bar e restaurante, bastante conectados com a cozinha portuguesa, embora à mistura com a cozinha alemã, aspecto mais ou menos comum a todas as outras – está sediada em Bamberg, cuja origem remonta a 1973 e fundação oficial a 09-05-1975.

Uma das componentes deste processo, à semelhança de outros na região, prende-se com a dimensão que a presença dos portugueses iam alcançado. Vindos para trabalhar, encontraram numa área amplamente, industrializada e urbanizada, um vasto campo de emprego masculino e feminino. Nos anos sessenta-setenta, muitos homens e mulheres portugueses trabalharam no sector industrial. Com a recessão económica dos anos setenta-oitenta, um certo número de empresas, havendo encerrado, levaram sobretudo as mulheres a dirigirem-se para outros ramos de actividade profissional, com particular destaque para o serviço doméstico em casa de particulares ou em escritórios de várias firmas privadas e mesmo alguns serviços públicos. Convém, aliás, salientar que em muitas circunstâncias, este tipo de trabalho, levando marido e mulher a realizá-lo conjuntamente, é feito em regime suplementar, normalmente à noite, após uma outra jornada de trabalho. Esta estratégia pessoal e familiar constitui um suplemento de ordenado que em muito contribui para aumentar os recursos económicos da família.

Nada disto exclui, contudo, que, em contexto migratório internacional, o imigrante, não apenas o *homo economicus*, mas também o *homo socius*, se possa empenhar noutras dimensões da vida pessoal e social, como a organização em torno das associações e das missões católicas de cariz português. De resto, numa sociedade onde tiveram que se deparar com a aprendizagem de uma língua difícil, as agruras do clima e a rigidez das organizações laborais e oficiais, o poder reencontrar-se entre compatriotas e até reconstruir um espaço cultural que lhes é comum constitui, por um lado, como que um porto seguro que dá ânimo e coesão à sua organização e, por outro, a possibilidade de reelaboração de novos laços sociais comunitários, em terra estrangeira. Encontram, assim, maneira de se dizerem a si mesmos que estão unidos e que podem contar uns com os outros para o bem e para as adversidades, se porventura baterem à porta.

c) O quadro associativo

Normalmente, as associações portuguesas na região são designadas de Centros. Acontece, porém, que em Bamberg não é assim, uma vez que desde a sua fundação é denominada de “Associação Recreativa Portuguesa”. Esta associação começou por funcionar em instalações sucessivamente cedidas por duas entidades patronais onde trabalhava grande número de portugueses. Com a sua falência, viram-se na contingência de ter de encontrar novas instalações. A partir de 1987, graças à ajuda da Cáritas e do contributo do Pe Zerndl e do vereador municipal Hans Stenglein, foi transferida para a actual sede: “*O Volksgarten*”, na freguesia de Gaustadt, na periferia da cidade de Bamberg. Entre outras actividades de encontro e de convívio, promoveu e promove a organização de um grupo folclórico, um conjunto musical, um grupo coral, uma equipa de futebol inscrita na Federação Alemã de Futebol; desenvolve várias actividades de carácter cultural relacionadas com festivais, encontros e debates e dá apoio a actividades de pastoral, promovidas pela Missão Católica Portuguesa de Bamberg, cuja sede, se encontra em Nurnberg. Constatámos que algumas destas actividades, sobretudo no que se relaciona com os encontros e convívios, folclore, futebol e restauração, mais directamente correlacionada com a cozinha portuguesa durante o fim de semana, são promovidas por outros “centros portugueses” na região estudada. Por exemplo, na cidade de Nurnberg estas actividades, com maior destaque para os encontros, convívios, folclore, futebol e restaurante, são comuns aos dois centros portugueses aí existentes: a União Portuguesa e o Centro Associativo de Nurnberg.

Importa referir que estes Centros de índole associativa, através das actividades que desenvolvem, congregando sobretudo muitos dos portugueses residentes nas respectivas localidades, ainda que com carácter mais pontual, são também frequentados por alemães e elementos de outras nacionalidades aqui residentes, com particular destaque para alguns espanhóis. Em certos casos, estes encontros de convivialidade decorrem duma relação intercultural que se vai criando em consequência dos casamentos mistos entre diferentes nacionalidades, das relações de camaradagem e amizade criadas, sobretudo, ao nível profissional, do gosto de se reunir à volta de um prato da cozinha portuguesa, entre outros aspectos.

Sobre o plano das relações culturais, ainda que timidamente, este tipo de organizações favorece o desenvolvimento de relações que tendem a passar do pluricultural ao inter-cultural, na medida em que não são apenas os

portugueses que interiorizam novos elementos da cultura alemã onde vivem mergulhados, ou mesmo de uma cultura internacional mais generalizada, que com a globalização tendem a tornar-se comuns a várias culturas, mas são também alguns alemães que adoptam certos traços da cultura portuguesa. De resto, contrariamente ao que tendem a pensar as sociedades de imigração, em virtude da ideia da sua superioridade social e cultural, elas nunca ficam incólumes, perante a presença mais ou menos prolongada dos imigrantes. Com o decorrer do tempo, há sempre elementos culturais que estes vão imprimindo no contexto social onde se instalam. Por exemplo, na própria cidade de Nurnberg, no passado era muito pouco frequente a abertura prolongada, na noite, dos restaurantes alemães. Os alemães praticam um sistema horário de refeições algo diferente do nosso, pois que, quotidianamente, também começam a trabalhar e terminam muito mais cedo do que nós. Nos últimos tempos, também por influência da grande quantidade de restaurantes criados na relação directa do aumento da imigração italiana e turca, entre outras, verifica-se uma mudança no sentido do prolongamento nocturno dos horários dos restaurantes.

d) A organização religiosa

Quanto à Missão Católica Portuguesa, à semelhança das demais Missões Católicas estrangeiras integradas na diocese de Bamberg, encontra-se sediada na cidade Nurnberg. Tem, todavia, sob a sua responsabilidade, uma vasta área socio-geográfica confinada a todo o norte da Baviera. Criada em 1976, tendo tido sempre à frente dos seus destinos um padre português, de resto sempre o mesmo até 1996, em 2001, precisamente quando celebra os 25 anos da sua existência, propõe-se mudar de nome para Missão Católica de Língua Portuguesa. Tal mudança prende-se com a dimensão das acções pastorais, litúrgicas e sociais que desenvolve e se alargam a todos os falantes da língua portuguesa na região. Ora, estes ultrapassam muito os portugueses residentes nesta área de intervenção.

Ao longo dos anos da sua existência, em que apenas em 1996 se verificou a mudança de pároco, foi desenvolvendo uma intensa acção de cariz religioso, traduzida em actividades de índole litúrgica (missas e outros ritos dominicais e/ou de outra periodicidade, celebração de sacramentos, peregrinações anuais em honra de N. Senhora de Fátima e demais actividades daqui decorrentes, normalmente associadas à vida de uma paróquia. Em situação migratória, assume normalmente a dimensão de paróquia pessoal, pastoral, no interior da qual abundam as actividades de

acção formativa catequética ou outra e a acção social. São, sobretudo, as actividades litúrgicas dominicais e as festas de carácter religioso, a que se associa também o cultural e o social que mais congregam os portugueses entre si.

É também a este nível que a presença e intervenção da Missão Católica Portuguesa é muitas vezes solicitada e adquire grande prestígio e reconhecimento mesmo nos meios oficiais ou outros, não directamente correlacionados com as actividades religiosas e também entre os portugueses não praticantes. Todos nos manifestaram um grande apreço pelo trabalho que a Missão, através do pároco e da respectiva secretária, desenvolvem, a este propósito. Outro tanto se diga no tocante às relações com várias instituições alemãs de carácter oficial ou outro. Muitos dos serviços que desenvolve neste domínio, em parte estariam adstritos a outras estruturas de intervenção social, inclusive no âmbito dos serviços diplomáticos portugueses na região. O Consulado Português da região, estando sediado em Estuttgart (cerca de 200 Km de distância), no sentir e no dizer dos nossos entrevistados e na generalidade das pessoas com quem falámos, a este respeito, revela-se deveras distante. Esta distância não é apenas concebida sob o ponto de vista geográfico, mas também administrativo, jurídico, social e cultural e, segundo os mesmos, parece passar, frequentemente, ao lado da realidade vivida pelos portugueses nesta região.

Devido à amplitude geográfica e social das áreas abrangidas, ao longo dos anos, no interior da Missão Católica Portuguesa, têm sido formadas pequenas comunidades nesta ou naquela cidade ou região. As que acima indicámos são as que vigoram actualmente. Importa, contudo, referir que, neste período de tempo umas foram crescendo, outras desaparecendo, conforme o número e o interesse dos portugueses. Neste último caso, verifica-se, por vezes, que tal situação está em grande parte associada ao regresso, a uma possível integração de alguns nas paróquias alemãs ou até à diminuição da prática religiosa entre os portugueses na Alemanha, com particular destaque para os jovens. No presente, são seis as comunidades de que a Missão Católica Portuguesa de Nurnberg se ocupa, numa vasta área geográfica onde em 31-12-2000 habitavam 2 576 portugueses de entre os 9 313 que residem na Baviera (*Bayerische Landesamt für Statistik und Datenverarbeitung*). Esporadicamente, presta ainda serviços junto de pessoas ou grupos que os vão solicitando.

Em cada comunidade, existe um grupo de 4 ou 5 pessoas que em conjunto com outras comunidades, formam o Conselho Pastoral da Missão, principal órgão de co-responsabilidade com o pároco, nos destinos desta

Missão. Em determinadas situações, devido às distâncias geográficas e à sobrecarga de trabalho litúrgico e pastoral, durante o fim de semana, a presença do padre tem lugar apenas uma vez por mês, pelo que se torna difícil fazer qualquer trabalho em profundidade em cada comunidade. Liturgicamente, durante estas ausências, os católicos praticantes de domingo seguem os ritos que lhes estão associados nas igrejas paroquiais alemãs. Ao longo das nossas entrevistas, encontrámos algumas pessoas para quem esta decisão não se prende tanto com a vinda do padre português, bastante espaçada no tempo, mas antes com uma escolha pessoal e deliberada. Consideram mesmo que as liturgias alemãs são simples mas muito ricas e que os alemães são mais discretos, em termos de relações pessoais, emiscuindo-se menos na vida uns dos outros, ao invés do que acontece, frequentemente, no interior das comunidades portuguesas.

Saliente-se ainda o facto da Missão Católica Portuguesa dispor de sede própria ao longo destes anos. Mas, o facto é ainda mais relevante, a partir de 1 de Janeiro de 2000 quando lhe foi concedida pela diocese de Bamberg uma casa com grande dimensão de espaço interior e exterior que lhe permite, sem qualquer restrição, levar a efeito grande parte das suas actividades.

Outro tanto se diga do serviço de Secretariado, uma vez que a partir de 1990, esta estrutura passou a poder beneficiar dos serviços de uma secretária a meio-tempo, paga directamente pelos serviços de apoio da Igreja católica alemã às comunidades estrangeiras.

Beneficiando deste tipo de infraestruturas, serviços, participação de vários grupos recreativos, onde avultam o folclore, os grupos corais e um grupo de artistas de jovens portugueses (pianistas, flautistas, guitarristas, violoncelistas, entre outros), já nascidos ou vindo habitar muito novos para a região, e do apoio de muitos portugueses e alemães, a Missão Católica Portuguesa pôde celebrar, com grande esplendor, em 2001, os 25 anos de existência. Para tal, muito contribuíram também os apoios de serviços oficiais como a Câmara Municipal de Nurnberg e a Igreja Católica alemã.

Cabe aqui lembrar as condições de produção das relações criadas entre a Igreja alemã, a implementação das Missões Católicas estrangeiras e as condições em que lhe é concedido um vasto apoio pastoral, logístico, económico e social, desde os anos setenta.

e) A posição da Igreja Católica alemã perante o fenómeno da imigração

Até cerca de meados dos anos setenta, do século passado, de maneira geral, a Igreja católica alemã participava também da ideia que o

fenómeno imigratório na Alemanha era provisório. À semelhança da sociedade civil, quando muito, a atenção orientava-se muito mais para a assistência aos estrangeiros do que para a integração social. Por exemplo, para além dos aspectos profissionais e habitacionais, dava-se muito pouca importância à participação dos estrangeiros na vida cultural e social, nas manifestações de bairro ou até na vida associativa local, o que, aliás, ainda hoje, não reveste uma grande dimensão. No entanto, a nível local, denota-se agora uma muito maior sensibilidade da sociedade alemã, a este propósito, inclusive a nível religioso, como tivemos ocasião de constatar.

A dúvida acerca da temporalidade do fenómeno imigratório instalase sobretudo nos anos oitenta e seguintes. Afinal, a reconstrução havia sido feita e a presença massiva dos estrangeiros não só continuava, como havia outros que continuavam a vir. Em contrapartida, o desemprego aumentava. Daí que a lei de 1991 endureça ainda mais as medidas, visando restringir a imigração permanente e, ao contrário, favoreça apenas a imigração temporária e continue a investir nas medidas de ajuda ao regresso. Esta política declarada do governo dá origem a alguns desacordos com a hierarquia da Igreja Católica. Esta, por sua vez, nesta matéria muito concreta, vai fazendo uma certa aproximação com a política do SPD e dos Verdes, sendo o campo de batalha o anúncio das medidas restritivas, em relação ao reagrupamento familiar e o reconhecimento prático dos direitos dos estrangeiros, aspectos que são simultaneamente objecto de defesa dos direitos humanos (M. E. Leandro, 1994).

Por outro lado, em consequência da queda do muro de Berlim, é nesta época que a imigração na Alemanha tende ainda a aumentar. Mas, há agora uma grande diferença. Até então a imigração vinha dos países do Sul e comportava com ela o problema da assistência e dos direitos do homem. Agora a imigração vem dos países de leste e traz consigo problemas de identidade nacional não resolvida e o trágico problema alemão.

Tudo isto contribui para que se vá passando na Alemanha de uma mentalidade de um fenómeno migratório provisório para um outro da permanência, à semelhança das outras sociedades europeias ricas e desenvolvidas. Daí, a grande questão deixe de ser centrada na preocupação de querer ou não aceitar a presença dos imigrantes, mas antes de como viver em conjunto e conceber diferentemente as questões da cidadania num contexto internacional que ultrapassa, em muito, o simples quadro nacional.

Um trabalho de problematização, nesta matéria, do lado da Igreja católica alemã, leva-nos a reconhecer que esta se interessa por este fenómeno, desde o sínodo dos bispos alemães em 1973. No que se refere à política de fundo, o documento insiste sobre três aspectos muito concretos:

a descrição da situação; a criação de infraestruturas e a consolidação das já existentes, necessárias à assistência; atenção aos problemas de reintegração nos países de origem daqueles que assim o quiserem (L. Principe et al., 1995). Como podemos verificar, estamos ainda na óptica da temporalidade da presença dos estrangeiros.

Quanto ao âmbito da sua intervenção, a Igreja alemã reconhece a existência de uma pastoral específica em favor dos estrangeiros e propõe-se organizá-la. E isto por duas razões fundamentais. Na maioria dos casos, os imigrantes pertencem a grupos operários ou outros similares. Ora, sabe-se, desde há muito, que as atitudes religiosas das classes subalternas se definem sobretudo pela sua fraca intervenção e relações com a instituição religiosa oficial. Refira-se ainda que a fracção migrante destas classes apenas indirectamente participa na esfera de influência que representa o campo religioso instituído nos países de imigração. No princípio, vivendo ainda sob a égide do provisório, a associalização preventiva, em relação às normas sócio-culturais dos países importadores, encontra, possivelmente, a mesma correspondência, ao nível do religioso. Daí que a pertença e posição social dos imigrantes, antes e após a partida e mesmo em termos de projecção para o futuro, não seja indiferente ao nível religioso.

Por outro lado, um pouco por todo a parte, a classe operária desde há muito tempo que se tem afastado mais das práticas religiosas, pelo que a generalidade dos praticantes católicos alemães pertencem a grupos sociais melhor cotados no mercado da classificação social (P. Bourdieu, 1979). Neste quadro, nem sempre é fácil encontrar um ponto de convergência, de forma a congregar, no mesmo espaço religioso (não apenas físico, mas também social, litúrgico e pastoral), uns e outros. Para além desta determinação, decorrente da pertença a esta ou àquela condição social, acresce ainda que se trata de grupos oriundos de culturas distintas da alemã, ainda que, no interior da mesma religião católica, como o caso dos de origem latina, o que à primeira vista pode trazer algumas dificuldades, em termos de comunicação, dentro da mesma Igreja católica. É que não basta pertencer à mesma religião e partilhar a mesma fé, quando se fala uma língua e sobretudo uma linguagem diferente para a exprimir (M. E. Leandro, 1992, 1995). Antes, importa trilhar um caminho capaz de criar pontes, por onde os vários interlocutores sejam capazes de se aproximarem em plenas condições de partilha eclesial.

Consciente desta realidade, a Igreja alemã sente a necessidade de organizar uma pastoral específica em favor dos estrangeiros e propõe-se tudo fazer para que venha a ter efeito. Assim, deverão ser postos à sua

disposição locais onde possam ser realizadas a assistência religiosa, as celebrações litúrgicas, em horários que lhes sejam favoráveis e os espaços necessários para os respectivos serviços de secretaria, para o que será necessário encontrar dotações financeiras, equivalentes às das paróquias alemãs. Considera, pois, que só deste modo se poderá organizar uma pastoral de base, bem como um conjunto de actividades educativas, religiosas e culturais para jovens e adultos, em colaboração com as instituições alemãs. No referente à assistência social, à partida, esta deverá ficar sob a responsabilidade das Assistentes Sociais da Cáritas ou outras instituições, em estreita colaboração e interacção entre assistência missionária e assistência social.

É neste sentido que os serviços da Cáritas, sediados em Nurnberg, normalmente, dispõem de uma assistente social da origem das comunidades étnicas mais presentes nesta região. Assim acontece para o caso dos portugueses. No entanto, estes acham que os serviços oferecidos pela Missão Católica Portuguesa para estes assuntos são bem mais eficientes do que os outros, uma vez que, ultimamente, a assistente social portuguesa da Cáritas, “estando quase sempre doente” (comentários de várias entrevistas), deixa arrastar muita coisa que clama por resolução.

À luz desta perspectiva de aplicação das orientações do sínodo alemão de 1973, várias dioceses, repensando esta problemática, assumem uma configuração essencialmente prática e organizacional. Entre outras, são as orientações emanadas no documento criado pela diocese de Rothenburg que passam a fazer referência, na medida em que colocam por grande objectivo da Igreja tornar-se a principal defensora do homem, enquanto tal, visando a “salvação integral do homem”. Neste sentido, a Igreja deverá ser a primeira a dizer que é necessário eliminar as desigualdades económicas e sociais gritantes, bem como a discriminação social. Simultaneamente, a presença de estrangeiros, no seio da sociedade alemã, deverá contribuir para se pensar a unidade na multiplicidade. A Igreja só tem sentido se for capaz de realizar todas as características da Igreja Universal e para isso deverá ser o espaço onde toda a raça e nação encontrem o seu lugar. Com esta perspectiva, a Igreja Católica alemã opõe-se a todas as correntes xenófobas que na sociedade alemã vão contra os estrangeiros. Ao mesmo tempo, propõe-se criar e manter a unidade, aceitando e respeitando as diversas experiências religiosas e culturais existentes no seu seio.

Levando a sério estas questões, a Igreja Católica alemã investe na criação de estruturas, as missões, cujas despesas de manutenção e vencimento

dos respectivos sacerdotes e demais empregados assume, sendo estas apreendidas como uma forma de comunidade eclesial das mais adequadas, sobretudo na primeira fase imigratória. No entanto, esta forma de organização também pode apresentar alguns inconvenientes. Estes prendem-se, essencialmente, com a criação de estruturas paralelas que, podendo dar azo a um estado de consciência tranquila, entravam a criação de laços mais estreitos entre a Igreja alemã e as comunidades étnicas organizadas religiosamente. Em tais circunstâncias, importa encontrar condições que permitam aos autóctones e às outras comunidades tomarem consciência de uma pertença comum, com os mesmos direitos e deveres, no seio da mesma Igreja.

Com o decorrer do tempo, esta parece ser uma das novas questões que se põe à Igreja Católica alemã, isto é, a integração dos estrangeiros na sociedade civil e na Igreja, em vez de continuarem a organizar-se em estruturas paralelas. Assiste-se, então, no interior da Igreja Católica alemã, a uma maior sensibilidade das mentalidades, perante a problemática de uma mudança de perspectiva da política e da sociedade, no sentido de uma plena participação social. Procura-se, assim, repensar uma mudança de estruturas, visando favorecer, simultaneamente, a auto-gestão dos fiéis de origem estrangeira, garantir a igualdade de direitos e a co-participação e criar as premissas de um trabalho conjunto.

Neste contexto, tendo ainda em conta a contribuição fiscal dos alemães, em favor desta ou daquela religião, refira-se que a prática religiosa católica na Alemanha, tendo vindo a decrescer, levanta alguns problemas de ordem económica para a organização tradicional das Igrejas, sendo as mais visadas a católica, seguida da protestante, embora aqui o decréscimo seja menos acentuado.

Deste conjunto de elementos, decorre um aspecto importante que se prende com a concepção de uma pastoral de futuro que procure unir mais os estrangeiros e os alemães entre si, a fim de evitar a formação de “guetos” religiosos, ou uma Igreja de segunda divisão para os estrangeiros (L. Prencipe et al. 1995). Actualmente, continua ainda a verificar-se a existência de uma pastoral paralela para os estrangeiros, logo a sedimentação de várias missões católicas estrangeiras, tal o caso da portuguesa, em análise, embora se vá dando cada vez maior importância às actividades conjuntas, em momentos mais pontuais. Diga-se de passagem que, por exemplo, as procissões de N. Senhora de Fátima, que muito esporadicamente têm lugar na cidade de Nurnberg, para além dos portugueses, congregam também um certo número de alemães.

De qualquer modo, em termos pastorais, importa referir que, pelo menos a nível europeu, tem sido difícil encontrar uma via de trabalho que, sem se deixar alinhar totalmente pela transplantação da Igreja de origem ou pela adopção, quiçá “assimilação” pura e simples na Igreja local, consiga reinventar formas de acção pastoral e litúrgica que tenham em conta a real situação dos e/imigrantes, eles próprios em situação de várias passagens e processo de aculturação alargada.

A dinâmica das identidades

Na perspectiva de N. Elias (1939, 1991), a sociedade produz os indivíduos que, por seu lado, produzem a sociedade. Logo, indivíduo e sociedade não são duas entidades distintas, mas antes inseparáveis e interactivas. Daí que não se possam dissociar as transformações identitárias e as próprias contradições que daí possam decorrer da relação entre os indivíduos e a sociedade. Igualmente, não se poderá afastar desta relação qualquer modificação identitária individual, grupal e social que se opere ao longo da trajectória de vida dos vários actores sociais.

Ademais, a identidade – sendo, por um lado, o que torna semelhante e idêntico (*idem*), inscreve numa pertença comum e, por outro, o que é diferente, distinto (*singularis*) e, por conseguinte, é único e inconfundível com qualquer outro – não é estática, mas participa antes da dinâmica das próprias sociedades. Esta dinâmica, aparentemente contraditória, está no cerne dos processos identitários. O indivíduo e o seu grupo de pertença são sempre definidos de maneira indissociável, em relação aos outros e em relação a si mesmos. Sob o ponto de vista individual, toda a pessoa tem necessidade de pertencer a um conjunto, a uma família, a um grupo, a um povo... e ser reconhecida como membro particular da sua comunidade de pertença. Pode, assim, dizer-se que a necessidade de identificação e de diferenciação são opostas e complementares. É esta dialéctica existencial que permite a qualquer pessoa afirmar-se como sujeito único, singular e, no entanto, semelhante a todos os seus.

Todavia, a identidade não é um dado adquirido uma vez por todas, mas é antes consequência duma construção resultante das diferentes posições que o indivíduo foi adquirindo ao longo da vida. Nesta óptica, está na interconfluência do herdado, do adquirido e do projectado. Daqui, em correlação com as condições sociais de existência e das trajectórias pessoais e sociais, decorre a dinâmica da identidade. E porque as sociedades da nossa era são extremamente mutantes, toda a recomposição identitária

participa deste mesmo ritmo de mudança, o que, por vezes, torna as coisas deveras complexas.

Haverá, no entanto, lugar para dizer que esta ideia da dinâmica não é absolutamente nova. Já Heráclito (século VI a. J. C.) dizia que “não se pode tomar banho duas vezes na água do mesmo rio”. Logo, todos os seres empíricos estão sujeitos à mudança, uma vez que esta faz parte do devir das sociedades (G. Balandier, 1986). Assim, se numa perspectiva essencialista, tal a de Parménides (Século V a J. C.), “a identidade dos seres existentes, é o que faz que permaneçam idênticos, no tempo, à sua essência,” (C. Dubar, 2000, 2), numa concepção nominalista, como a que adoptamos, “...a identidade não é o que permanece necessariamente ‘idêntico’ mas, o resultado duma identificação contingente” (C. Dubar, 2000, 3). Neste sentido, tendo como pano de fundo a diferença e a pertença comum, a identidade não é menos tributária dos modos de identificação histórica, socialmente variáveis. Pode, então, dizer-se que a identidade, tal como a alteridade variam no tempo e no espaço e dependem dos seus contextos de definição.

Seguindo a perspectiva de V. De Guallejac e I. Taboada Leonetti (1994), sob o ponto de vista da identidade pessoal, dir-se-á que a identidade se constrói como resultante das várias posições que os indivíduos foram ocupando ao longo da sua história. Não é, todavia, um somatório de arranjos e tentativas de reintegração de novos elementos, mas reelabora-se, tão só, em vista de uma nova configuração, fruto de um processo selectivo em que, consciente ou inconscientemente, se afastam certos elementos e se adoptam outros, no devir pessoal e social de cada um (H. E. Herickson, 1972). Este processo é, particularmente, notório em contextos migratórios internacionais, em virtude dos indivíduos serem, desde a primeira hora, solicitados a mudanças, adaptações e adopção de novos elementos sociais e culturais.

Recomposição identitária em contexto imigratório: enredos e contradições

Poder-se-á dizer que, em situação migratória internacional, a identidade se reconstrói no tempo e no espaço, como resultante das múltiplas referências, transformações, posições, representações, experiências, sistemas de relações, aspirações e projectos que o indivíduo integra na trajectória existencial e/imigratória. Um tal ajustamento, permitindo construir a “imagem de si” (H. Malewska Peyre, 1982), só é possível na interconfluência

do passado, do presente e do futuro, isto é, da posição originária que fornece os primeiros elementos identitários (*identidade herdada*), da posição actual resultante da reelaboração dos elementos identitários do passado e dos que, na nova situação, se lhes vêm juntando (*identidade adquirida*) e da posição esperada, em função das aspirações e projectos relacionados com o futuro (*identidade almejada*).

Quanto à identidade herdada, de maneira geral, os portugueses que partiram para a Alemanha, nos anos sessenta-setenta, do século passado, viveram a sua infância e juventude numa sociedade em que a mobilidade geográfica, profissional e social era extremamente reduzida. Neste contexto, a sua identidade estava directamente associada à sua condição e pertença social. Pequeno proprietário, trabalhador agrícola por conta de outrem, operário, doméstica, pobre ou remediado, o lugar de cada um dependia da identidade herdada.

Com a e/imigração e o contacto rápido com outra sociedade, com outras formas de organização e dinâmica social, outras modalidades de emprego, outros sistemas de valores, muito mais pautados pela modernidade, é toda a sua existência identitária que entra em transformação e recomposição. Consequência da passagem de uma sociedade e de um mundo a outros “No decorrer desta passagem o indivíduo guarda na memória alguns traços do mundo antigo. Estes traços sobrepõem-se ou misturam-se com elementos novos. Neste sentido, as mutações sociais são a consequência imediata das rupturas provocadas pelo reencontro de dois ou vários mundos. São também sinal da relação criada entre estes mundos” (T. Boni, 2001, 150).

Daí que esta identidade forjada e adquirida em contexto migratório não continue mais idêntica ao que era no passado. Tudo parece ter mudado: o emprego, o confronto com tecnologias mais avançadas, o modo de se relacionar com elas, os colegas e as respectivas entidades patronais, os horários rígidos e cronometrados, os meios de transporte quotidianos, o ordenado ao fim do mês e os respectivos recibos de salários que muitos recebem pela primeira vez, a relação com os serviços da segurança social, a que muitos também acedem pela primeira vez, outras regalias em termos de serviços de saúde, os contactos com as instituições, a organização da vida familiar, a habitação e as regras de co-habitação, o encontro com outras pessoas e modos de vida, o clima, a língua, os elementos alimentares e os modos de os confeccionar, a organização do consumo e os modos de fazer as compras, a relação com a religião, a política, a cidadania, as formas de relação social no dia a dia, entre muitos outros aspectos.

Mas a recomposição da identidade, consciente ou não, engloba ainda uma outra dimensão relacionada com a projecção no futuro. O facto dos emigrantes partirem para fazer mudar qualquer coisa na sua vida e na das suas famílias é irrefutável. Na maioria dos casos, associa-se, essencialmente, o material a este tipo de preocupações. Nesta óptica, P. George (1977, 67) diz que “Os cruzados partiram para salvar a alma, os ‘voluntários’ para alcançar a glória, os emigrantes para fazer fortuna”. Contudo, teimamos em reafirmar que a procura do económico comporta também em si uma dimensão cultural (M. E. Leandro, 1995, 1998, 2000), na medida em que, fazendo-o, os portugueses que partiram procuram, igualmente, aceder, através deste meio, aos bens da modernidade: uma casa dotada de mais conforto moderno, o carro, uma vida melhor para si e para os seus, a possibilidade de dar aos filhos oportunidades de prosseguirem melhores percursos escolares e assim acederem a melhores empregos, à mobilidade social, a férias, a outros modos de vida, à adopção de outros elementos culturais e assim por diante.

Também é incontestável que, muitas vezes, esta tensão orientada para o futuro os projecta na mira da tal identidade almejada, o que, de resto, se inscreve perfeitamente bem nos valores da “modernidade avançada” (D. Hervieu-Léger, 1999). De facto, com o desenvolvimento do individualismo e do liberalismo, a existência identitária de muitas pessoas torna-se problemática: é preciso construir, permanentemente, o seu lugar para ser reconhecido, desenvolver todas as suas potencialidades e, assim, vir a ser produtor da sua própria vida, nas sociedades da mobilidade e da competitividade exacerbadas. Neste contexto, como afirma R. Sennet (1979), o eu de cada indivíduo torna-se no seu principal fardo, na medida em que, constantemente, é solicitado a melhorar as suas “performances” em contraponto com as dos outros e, se possível, procurar ultrapassá-los.

Simultaneamente, com o desenvolvimento do capitalismo, o eu de cada um torna-se um capital que importa fazer rentabilizar. É a lei da concorrência individual desenfreada, mas que, em contrapartida, obriga a confrontar-se com constrangimentos sociais de vária índole, o que, frequentemente, provoca vários tipos de dissonância cognitiva, cujos efeitos podem vir a ser nefastos, em termos identitários. Denota-se, assim, uma busca, incessante, duma identidade que exiba uma certa afirmação e traga de volta o reconhecimento social desejado.

a) Inter-relações portuguesas: comportamentos identitários ambivalentes

No caso concreto dos portugueses na Baviera, em relação a Portugal, as coisas tendem ainda a assumir uma outra dimensão. Por um lado, os que ficaram criticam os emigrantes a troco de quererem exibir uma identidade social que julgam ser exorbitante, em relação ao que eram, são e ao que pretendem ser, ainda que muitos nem sequer conheçam, de facto, a realidade que vivem nos países de imigração; por outro, os que partiram e voltam por períodos de férias intercalares, queixam-se destes, dizendo que se sentem mais discriminados e objecto de algum ostracismo, o que nunca viveram nos países onde residem, como nos relatam alguns dos nossos entrevistados.

“Nunca fui capaz de perceber porque é que em Portugal somos objecto de tamanha discriminação e por vezes até de chacota. Ao tratarmos de emigrantes parecem fazer de nós gente de segunda. Só olham bem para nós quando nos querem explorar sob o ponto de vista económico ou outro. Será que pelo facto de nos termos visto obrigados a partir deixámos de ser portugueses para os que ficaram? Para além do que ganho tenho aprendido na Alemanha muita coisa no âmbito do social e do cultural que muito dificilmente teria aprendido em Portugal se lá tivesse ficado. Isso passou a fazer parte de mim e do meu viver. Mesmo assim, continuo a considerar-me portuguesa ainda que me tenha casado com um alemão” (M., 40 anos, operária).

“Choca-me a maneira como somos olhados em Portugal. Somos tratados como gente de 2ª classe, de pacóvios, pelo simples facto de termos emigrado. Isto entristece-me imenso. Ainda se quando lá vamos víssemos que as coisas estavam assim tão evoluídas!... Mas não. Basta olhar para o palavreado das pessoas na rua, como se preocupam com a limpeza das ruas e do chão. Até cospem! Então no norte!... O mesmo se pode dizer quando se olha para a beleza e higiene dos locais públicos e o ambiente em geral. Vamos num carro e somos constantemente surpreendidos pelos sacos do lixo a atirar pela janela fora. Nos locais onde fazem os piqueniques deixam tudo sujo. O respeito cívico uns pelos outros não é nenhum. Por exemplo, poucas pessoas se levantam para dar o lugar a um velhinho, a uma senhora grávida e assim por diante. É ver aquele que passa e chega primeiro. Se olharmos para a maneira como se conduz então há que ficar arrepiado. Por isso é que em Portugal há tantos desastres. Aqui na Alemanha é exactamente o contrário. Certamente desconhecem que a imigração não é só para

trabalhar. Também dá para aprender muita coisa que desconhecíamos se não tivéssemos saído e vindo para aqui. Só assim tivemos oportunidade de contactar com outra sociedade, outras culturas, outras pessoas e aprender outras maneiras de viver e de nos relacionarmos uns com os outros" (H., operário, 37 anos).

"O facto de termos e/imigrado também representa para nós uma riqueza de experiências e de vivências culturais. Quando vou a Portugal de férias e fico a maioria do tempo em Guimarães, cidade onde nasci, faz-me pena ouvir as pessoas trataram-nos de emigrantes e com desdém. Aqui, para os alemães, somos tão só portugueses. Gostaria que os portugueses em Portugal tivessem uma outra concepção acerca dos que um dia tiveram de partir para melhorar a vida. Ao serem identificados de emigrantes é para os que ficaram sinónimo de parolo. Deviam conhecer melhor a realidade antes de fazerem apreciações e juízos rápidos sobre o que muitas vezes até desconhecem. Muito do que sou e do que sei hoje, decerto não o teria alcançado se tivesse ficado em Portugal. E como eu há muitos mais portugueses que vieram para a Alemanha, França ou outros países." (H. 45 anos, Técnico de máquinas).

Verificamos, deste modo, haver uma tendência para a criação de um olhar crítico e algo crispado que, abrangendo ambos os lados da questão, suscita, decerto, dificuldade em apreender o outro na verdadeira dimensão da sua transformação, da dinâmica que atravessam as questões da recomposição das identidades em situação de profundas transformações sociais, vividas num e no outro lado da fronteira, cuja porosidade em termos culturais e de convivialidade, não parece ser das mais elevadas. Os que partiram sentem-se de algum modo traídos pelos que ficaram, em virtude da atribuição de uma identidade negativa, deteriorada, estigmatizada e desacreditável ⁵ (E. Goffman, 1982), que em nada parece coadunar-se com o modo como olham as transformações de que são alvo no contexto de imigração. Por vezes, este olhar também é forjado pelo contributo das próprias imagens que lhes são reenviadas pela sociedade onde residem, onde dizem ser tão simplesmente designados de "portugueses" e considerados ordeiros, trabalhadores honestos e responsáveis, de bom trato social, logo, objecto de uma identidade positiva que

entra em contradição com a que lhes é atribuída pelos que ficaram no país de origem.

Poder-se-á, então, dizer que as relações entre os que ficam e os outros que partem e regressam periodicamente ao país, nos períodos de férias, em certas circunstâncias, fazem parte das experiências dolorosas, "dos sofrimentos do imigrante" (A. Sayad, 1999), vividos sob a égide deste reencontro e do trilhar das trajetórias que integram a deslocação de certos grupos populacionais portugueses no espaço geográfico e social internacional. Neste contexto, também não são estranhos os conflitos latentes que se constroem no campo das lutas da afirmação, da busca de reconhecimento social e da recomposição das identidades que abrangem tanto os que ficaram como os que partiram, embora estes vão sendo objecto de maior transformação, em virtude do contacto aturado com outra sociedade, culturas e modos de vida.

Mas, também não é menos verdade que atitudes desta natureza podem perturbar o sentimento de pertença, de fidelidade a si mesmo, da continuidade do ser, da estabilidade e da permanência, em suma da recomposição harmoniosa da própria identidade. Experiências desta natureza podem também contribuir para alterar as convicções íntimas daqueles que partiram acerca da sua própria identidade, uma convicção quase corporal, isto é, incorporada no sentido em que a pessoa se considera idêntica a si mesma para lá do espaço habitado, das transformações ocorridas e do sentido das próprias fidelidades.

b) Orientações identitárias projectivas

Mas, há ainda lugar para dizer que em situação imigratória não é só esta identidade adquirida ou em recomposição permanente, mesmo que imperceptível, que se torna, frequentemente, complexa, sobretudo para os que projectam sobre ela um olhar exterior e de exigência de mudança: eram aqueles, não são os mesmos, mas também não são quem pensam ou pretendem ser; não se quer que permaneçam os mesmos, pois de outro modo para que teria servido a e/imigração? No entanto, não se quer que a nova identidade incomode ou interogue. Como acima o dissemos é também a identidade almejada que é parte integrante desta reconstrução identitária. E, provavelmente, é sobre o campo desta procura que se dá uma conjugação de procuras, interesses, perspectivas e objectivos, entre os que partiram e os que ficaram, embora sob a égide de uma luta latente de afirmação social. Para ambas as partes, há lugar para uma co-existência,

⁵ A sociologia interaccionista, baseando-se nas análises de E. Goffman (1982), separa os indivíduos discreditados, ou seja, os que não podem ocultar o seu "handicap", dos discreditaáveis, isto é, aqueles que, tendo-o, podem perfeitamente bem subtraí-lo aos olhos dos outros. Estão, por exemplo, no primeiro caso o fenótipo e no segundo a pertença étnica e social.

e simultaneamente, para uma tensão latente entre a identidade que já define, a que se reconhece ser e a que se deseja vir a ser.

Constitui, hoje, uma banalidade afirmar-se que na época da globalização, não são apenas os bens financeiros e as mercadorias que circulam, mas também as pessoas (ainda que em termos de imigração de trabalho, com muitas reticências dos tradicionais países de imigração e a exigência de um visa e/ou de um passaporte e os bens culturais. Ora, os dois últimos transportam, também, consigo sistemas de valores que, sobretudo, no último caso, tendem a tornar-se universais. Tal é, por exemplo, o caso, de que já falámos, do individualismo e do liberalismo. Com o desenvolvimento exacerbado de que são alvo, é a existência de muitos indivíduos que se torna problemática. Se, no passado, a família e os grupos de pertença enquadravam o indivíduo e definiam a sua identidade individual e social, hoje, em muitas circunstâncias, é preciso trabalhar para conquistar o seu lugar e ser reconhecido. É preciso ser o construtor da sua própria vida.

Esta faceta não é estranha aos portugueses que um dia partiram para terras estrangeiras, tentando, então, melhorar as suas condições de existência, bem como as da sua família. Daqui advém um conjunto de elementos que contribuem para irem forjando uma nova identidade, em busca de um maior reconhecimento social, que agora não passa apenas pela “fortuna” conseguida, mas também pelo sucesso escolar e profissional dos filhos, em suma, da mobilidade social inter-geracional ascendente. Acontece, porém, que, frequentemente, a este propósito, a realização apenas de parte dos seus projectos cria uma equidistância entre o que realizaram, constroem e o que sonhavam. Todos os nossos entrevistados nos revelaram terem tido ou terem ainda, em relação aos filhos, projectos de mobilidade social ascendente.

Para alguns, quando vislumbram que esta não foi assim tão elevada quanto esperavam é com algum misto de frustração e conformismo que aceitam a situação, considerando até usufruírem de uma situação escolar e profissional bastante melhor que a deles. Para outros, cujos filhos seguem ainda um percurso escolar mais promissor ao nível universitário, na Alemanha ou em Portugal, resta-lhe uma consolação mais profunda: o pensar que os filhos alcançarão as várias dimensões do sucesso que previram para a sua “odisseia” migratória: a melhoria das condições económicas, um bom percurso escolar e profissional e o tão almejado reconhecimento social.

Desta maneira, cabe aos filhos a realização cabal das aspirações que envolviam o projecto e/imigratório dos pais (S. Abou, 1981). Daí, a

projectão numa identidade que, provavelmente, só virá a realizar-se com o esforço conjugado de pais e filhos, em busca da tão desejada mobilidade social ascendente para os mais novos. De certa maneira, isto contradiz as lógicas do individualismo exacerbado na medida em que faz apelo ao esforço individual e familiar, numa coesão de esforços. É inegável, também, que numa sociedade capitalista, como aquelas em que vivem, cada um é chamado a desenvolver ao máximo o seu próprio capital. Logo, é de sobremaneira aos filhos que é solicitado o maior esforço, uma vez que a escola concede sobretudo diplomas individuais, embora seja certo que muitas vezes estão associados a pertenças familiares e sociais de bom nível social. Todavia, nem por isso é menos verdade que mesmo famílias de condição social modesta elaborem “estratégias de mobilização educativa”, para que assim os seus filhos possam triunfar da condição social que lhes parece estar votada (F. De Singly, 1993; M. E. Leandro, 1992, 1995, 1998, 2001).

Objectivamente, os filhos têm mais oportunidade do que os pais de conseguir o tão almejado reconhecimento social. Todavia, nem sempre a realidade corrobora estes anseios, pelo que pode haver sempre nestes projectos uma parte de ilusão. Porém, como diz o poeta “o sonho comanda a vida”. E também não é menos verdade que, entre os nossos entrevistados, muitos pais acalentam para os seus filhos projectos desta natureza.

Refira-se, a título de exemplo, que no ano 2000, entre os dois nomes de cartaz escolhidos para abrilhantar as festas da cidade de Nurnberg, em virtude do seu sucesso escolar e musical, foi seleccionada uma jovem portuguesa, filha de portugueses, frequentando, simultaneamente, o ensino secundário em vista da sua ingressão na Faculdade de Medicina e a continuidade no Conservatório Superior de Música de Nurnberg. A par deste caso, encontrámos ainda outros que, não evidenciando tão fulgurante carreira, se encontram no caminho da universidade ou de formação superior similar, o que permite a pais e filhos projectarem-se na tal identidade almejada. No entanto, a maioria dos jovens portugueses, na região em estudo, sob o ponto de vista escolar, integrando a própria lógica de ensino do sistema alemão, tendem muito mais a orientar-se para cursos de formação tecnológica, o que lhes dá, mais precocemente, o acesso à profissionalização. Mesmo assim, nem por isso a orientação para uma melhor posição que a dos seus progenitores está menos presente. Desta maneira, pais e filhos, numa linha de conjugação de esforços, procuram construir identidades que, sob vários aspectos, se afastem da linha do herdado e do adquirido, apontando antes para outros possíveis identitários, mais capazes de lhes proporcionarem maior reconhecimento social.

c) *As aberturas perante a sociedade alemã*

Desde o início da experiência imigratória que os portugueses são confrontados com um elevado número de situações que os impelem à transformação identitária, comparativamente com a experiência vivida antes da emigração. Entre essas o profissional não é aquele que assume menor importância.

Conscientes da necessidade de se integrarem activamente no mundo do trabalho profissional que lhes é adistrito na Alemanha, os portugueses, vendo-se compelidos a modificar também as suas atitudes perante todos os sectores sociais e culturais, sentem, de início que é sobretudo em relação ao trabalho que esta mudança mais se impõe. Um dos aspectos que se verifica é uma certa tendência para a estabilidade profissional no interior das mesmas empresas. Em muitos casos, a mudança dá-se tão só quando há falências ou as próprias firmas se transferem de um local de trabalho para o outro. De qualquer modo, denota-se uma grande atenção ao sucesso no exercício da actividade profissional, à carreira, às vantagens relacionadas com a antiguidade, ao modo de renumeração e à experiência do cálculo, à vida da empresa, às actividades sociais e sindicais, às possibilidades de promoção e à procura de uma segurança relativamente ao futuro.

Só para dar uma ideia da amplitude e complexidade deste conjunto de mudanças, vale a pena evocar o caso do treino, referente a uma atitude para o cálculo que favorece, por um lado, a experiência salarial e, por outro, a vida na Alemanha em contexto imigratório. Para além do salário, o cálculo das horas suplementares exerce, aqui, um papel importante, tal como já o havíamos verificado, anteriormente no caso da França (M. E. Leandro, 1992, 1995). O contributo económico das horas suplementares constitui um suplemento importante e passa a fazer parte dos rendimentos mensais individuais ou familiares. Em muitos casos, só assim se conseguem realizar projectos imigratórios de "maior envergadura". De resto, esse suplemento é responsável pelas variações que o salário mensal pode sofrer, em virtude do aumento ou da diminuição desse contributo e, muitas vezes, pela cobertura das despesas familiares do dia a dia, permitindo assim canalizar uma parte importante dos ordenados fixos para a poupança, visando outros investimentos de maior monta. O exercício das horas suplementares pode estar relacionado com duas formas: o trabalho extraordinário feito no interior da empresa ou, frequentemente, no exercício de outro tipo de trabalho, mais relacionado com o doméstico, em casa de particulares, ou tão só de limpeza em escritórios, escadas, entre outros.

Neste último caso, podem estar implicados vários elementos do grupo familiar, com particular destaque para os pais.

De qualquer modo, em todas as situações, mesmo para os menos letrados, o cálculo destas horas é objecto de uma atenção minuciosa e perseverante. Quando este se reduz é uma parte substancial do salário que se esvai, o que pode significar perdas substanciais, sobretudo quando os projectos migratórios estão ainda muito direccionados para o económico, como acontece nos primeiros tempos da estadia.

Pode, então, dizer-se que o treino para o cálculo não se adquire através de qualquer aprendizagem racional, mas antes pela dura experiência, renovada no dia a dia, na presença de muitas ou poucas horas suplementares, ou mesmo na sua ausência, até em virtude de uma escolha individual e familiar, como acontece com alguns dos nossos entrevistados, embora em menor número. De qualquer forma, esta atitude dos portugueses é sobejamente conhecida, no contexto em estudo e integra uma das dimensões da sua identidade social.

Importa também lembrar que os pioneiros deste fluxo de mobilidade, sendo oriundos duma sociedade onde o sector industrial estava pouco desenvolvido, foram, repentinamente, confrontados com outras formas de organização do trabalho, outras tecnologias e outras formas de relacionamento entre colegas e entre empregados e patrões. A maioria dos nossos entrevistados dizem ter sido muito bem acolhidos por uns e por outros, ainda que, num caso ou no outro, tivessem de confrontar-se com esta ou aquela situação de algum xenofobismo. Mas, na generalidade dos casos, consideram ter encontrado por parte dos patrões alemães, atitudes muito humanas e profissionais, no sentido do respeito pela sua dignidade e de ajuda no processo de integração profissional, o que, por vezes, nem sempre tinham vivido em Portugal, da mesma maneira, antes da emigração, conforme nos relatam.

"Quando vim não falava alemão. Eram os colegas e os patrões que se esforçavam por me compreender e me iam ajudando. Mais tarde a firma onde trabalhava com o meu marido faliu. Foram os antigos patrões que se preocuparam em nos arranjar trabalho noutro lado...Em Portugal tinha trabalhado algum tempo numa fábrica mas não era assim. Aqui há mais respeito pelas pessoas. De qualquer modo em Portugal ganhava muito pouco. Praticamente foi aqui que comecei a ganhar mais alguma coisa, passei a ter melhores benefícios da segurança social e com eles a melhores serviços de saúde. Estou na Alemanha desde finais dos anos sessenta. Já regresssei para Portugal onde tive uns anos. Eu e o meu marido continuámos

a trabalhar. Eu tinha os meus patrões. Mas também abrimos um negócio. Foi horrível tudo o que se passou connosco!... Nunca nos sentimos vítimas de tamanha exploração e de traulhices vindas de todos os lados, inclusive da minha patroa, dos bancos e da justiça portuguesa. Se o não tivéssemos vivido nem queria acreditar. Acabámos por ter que vir para cá novamente. Tivemos que recomeçar tudo de novo. Valeu-nos mais uma vez o apoio dos antigos patrões que nos aceitaram para trabalhar e alguns amigos portugueses que nos receberam em casa deles. Portugal é a minha terra, mas por tudo o que aí vivi nem por isso me deixa muitas saudades. Tenho lá algumas pessoas de família e amigos, o que ainda me faz lá ir..." (M. 60 anos, Emp. doméstica)

"Vim para aqui em 1973. Em Portugal era serralheiro. Ganhava 2 200\$00. Não dava para nada. Não me encontrava satisfeito. Acho que um operário tem direito a ter mais na vida do que ganhar para o pão de cada dia para si e para a família. Lá não dava para mais que isso. Aqui sim. Pode-se pensar em ganhar para uma casa, um carro, dar um futuro melhor aos filhos, fazer uma vida melhor. Depois os alemães quando vêem que nós nos esforçamos ajudam-nos bastante. Até porque são muito mais simples e profissionais que os portugueses. Mesmo que sejam patrões ou engenheiros não têm medo de arregaçar as mangas e fazer qualquer trabalho. Depois têm também outra maneira de lidar connosco. São muito educados e muito correctos. O meu patrão todos os dias passa junto dos empregados para os cumprimentar e se há qualquer problema podemos contar com ele" (H., 53 anos, operário mecânico).

"Estou aqui há dois anos. Nunca tive problemas com os alemães. Claro que há uns melhores que outros, como entre nós. Mas daí até falar de racismo vai uma grande distância. São muito correctos connosco. Quando há algum problema no trabalho estão prontos a ajudar-nos, o que nos facilita a vida, uma vez que a língua ainda constitui para nós uma grande dificuldade. Com eles aprende-se muita coisa no trabalho. É uma organização diferente da nossa em Portugal. Por exemplo, aqui todas as semanas há reuniões com o patrão para discutir e fazer o balanço do trabalho realizado e o plano de trabalho para a semana. Em Portugal não é assim. É tudo mais balda" (H., 30 anos, operário).

Através destes comentários e de muitos outros similares, há um conjunto de questões identitárias que emergem. Para alguns, com particular destaque para as mulheres, mas também para alguns dos homens, a e/imigração constitui a primeira oportunidade de entrar no mercado de trabalho profissionalizado. Tal prerrogativa confere-lhes o direito a um salário e a

um recibo de ordenado, principal garantia de acesso a outros bens mais conectados com os valores da modernidade social, directamente relacionada com a liberdade de poder usufruir de um salário e mesmo de um salário mais elevado que, por sua vez, confere autonomia, poder de compra, liberdade, independência e a possibilidade de poder deixar de adoptar um "comportamento de consumo de preocupação" e passar a um "comportamento de consumo livre" (P.-H. Chombart de Lawue, 1971, 1975) e de se afirmar no interior da família e da sociedade.

Por outro lado, o recibo de salário, conferindo um estatuto de empregado, abre o acesso a muitos outros bens de carácter oficial, como os benefícios da segurança social, em que os serviços de saúde assumem, para os nossos entrevistados uma importância fulcral, a ponto de muitos fazerem desta prerrogativa a razão que mais pesa para não regressarem para Portugal. Agora, a relação com o corpo é olhada de modo diferente. De resto, como afirma A. Sayad (1999), o imigrante é apenas o seu corpo. Mas um corpo orgânico, ou seja, essencialmente concebido como força de trabalho e como representação de si próprio. Ora, sendo um corpo que trabalha intensamente e por isso mais sujeito ao desgaste e ao cansaço tem necessidade de outros cuidados e assistência médica. A que aqui beneficiam também é olhada de modo diferente da anterior ou a que ainda atribuem à situação vivida em Portugal.

"Aqui pode-se adoecer porque se é muito bem tratado por todos os médicos e serviços de saúde. Em Portugal as coisas não eram nem são de modo algum desta maneira" (H., 45 anos, operário).

"Aqui não se vai à farmácia para pedir uns medicamentos, porque não é preciso esperar para ter uma consulta como acontece em Portugal. A minha esposa esteve cá com os filhos. Tinha um problema num dedo para resolver. Foi ao médico. Queixou-se e foi logo operada e nunca mais teve problemas. Em Portugal há quanto tempo ela esperava para ser operada. Aqui é outra coisa. Sempre que precisamos somos muito bem acolhidos pelos médicos e muito bem tratados em qualquer serviço de saúde" (H., 37 anos, operário).

Com esta percepção acerca do funcionamento dos serviços de saúde alemães, comparativamente com a experiência vivida em Portugal, é toda uma outra concepção identitária que se forma sobre o funcionamento dos serviços de saúde dum lado e do outro da fronteira. Outro tanto se diga no que se refere aos demais serviços da segurança social, administrativos, jurídicos ou outros que classificam de muito eficientes e profissionais no país onde residem. A grande diferença com o anteriormente vivido, mas

que se prolonga também na actualidade, reporta-se, sobretudo, ao tempo ante-e/imigração e ao que nos períodos de férias se vêem compelidos a enfrentar quando têm necessidade de recorrer a estes serviços. É aí que a propensão para as comparações classificatórias valorativas tende a emergir com mais veemência.

Mas, o mesmo acontece, por exemplo, com os programas televisivos que consideram de qualidade muito superior aos portugueses, mormente apresentados através da RTP1. Sobre este aspecto manifestaram três sentimentos predominantes. Em primeiro lugar, com a presença da RTP1, a língua portuguesa ganha maior impacto e os laços com Portugal mais coesão. Depois, através da RTP1, sobretudo dos telejornais, é possível estar continuamente ao corrente do que se passa na sociedade portuguesa. Deste modo, as distâncias, o desconhecimento da actualidade e o sentimento de ausência atenuam-se. Enfim, consideram que na generalidade dos outros programas a qualidade não se impõe. E isto por duas razões fundamentais. Por um lado, há uma intensa repetição dos mesmos e, por outro, insiste-se muito em programas de entretenimento que, muitas vezes, nem sequer são portugueses e que não favorecem uma verdadeira promoção dos portugueses no estrangeiro. Ainda por cima, em termos culturais e sociais, nem sequer se tem em conta a verdadeira realidade dos portugueses nas sociedades onde vivem. Demos a palavra a alguns dos nossos interlocutores.

“A RTP1 tem contribuído muito para a informação dos portugueses no estrangeiro, mesmo se abundam telenovelas brasileiras e futebol em diferido. Por tudo isto considero ser uma boa medida até para a língua portuguesa. Mas há necessidade de melhorar os programas. Deveriam procurar compreender melhor as diversas situações dos portugueses nos países onde estão e darem mais programas relacionados com eles. Por exemplo, há poucos debates a este respeito e os programas culturais têm pouco nível comparados com os da televisão alemã. O que é que uma telenovela brasileira pode trazer para os jovens aqui? ... Há tantas coisas na nossa cultura que mereciam ser conhecidas e contribuir para a formação das pessoas” (H. 53 anos, mecânico).

“Considero que a RTP1 está muito longe de se equiparar a qualquer canal de televisão alemã na qualidade dos seus programas. Aqui não há filmes com legendas. São todos dobrados. Na RTP1 não. É muito pobre. Mesmo o futebol é quase sempre em diferido. Ora isso não nos interessa” (H., 42 anos, operário).

“Os programas da RTP1 são muito repetidos e podiam ser muito melhores. Dizem que emitem 24 horas. Mas afinal só têm duas em directo.

São também repetições e algumas muito frequentes e pouco interessantes. Faltam programas mais informativos e mais debates para os portugueses que vivem no estrangeiro. Aqui a televisão tem melhores programas” (M., 27 anos, Empregada doméstica).

“Em Portugal há muita coisa que mudou mas apenas de fachada. Há muito mais dinheiro mas a nível das mentalidades ainda há um longo caminho a percorrer. Mesmo na RTP1 se vê isso. Às vezes mete fastio as perguntas que os próprios jornalistas põem às pessoas quando estão na imigração: tem saudades de Portugal? Vai voltar para a sua terra? A senhora donde é que é? Olhe sou daqui e dali. Olhe não há sol como o nosso. Olhe vou no Natal e na Páscoa. E alimenta-se este tipo de discurso sem nada de mais substancial. Apela-se ao sentimentalismo sem procurar levar as pessoas a conhecerem e a reflectirem sobre as questões fundamentais e a serem mais realistas. Pretende-se fazer crer que Portugal é hoje um grande país com muitas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, mas às quais não se oferece substância no sentido de saberem olhar as coisas com realismo. Por exemplo, fala-se muito do regresso e muitos fazem-no. Depois alguns voltam para cá novamente. Não se lhes dá qualquer apoio. Só podem contar com o que amealharam durante a imigração e os direitos sociais que aí conseguiram. Por isso, a situação imigratória é muito complexa. De maneira geral aqui não estamos mal. Trabalhamos, mas somos bem pagos, reconhecidos, vivemos bem nesta cidade que nos acolheu e onde encontrámos quase tudo do que conseguimos ser hoje. Por isso a RTP1 não deveria servir tanto para alimentar sentimentalismos, mas antes para proporcionar às pessoas mais oportunidades de se cultivarem” (H., 45 anos, Técnico de máquinas).

“Gostaria que a RTP1 olhasse de outra maneira para os portugueses que vivem no estrangeiro. Que filmes é que nos dão e a que horas de maneira a interessarem os nossos filhos? E quando o fazem o que é que nos dão? A aldeia da roupa velha, o Costa do Castelo já repetidos 20 ou 30 vezes. E da actualidade o que é que nos mostram? Isto é trocar de nós. Só nos dão o que está ultrapassado. Em Portugal fazem de nós eternos pacóvios” (H., 36 anos, operário).

Refira-se ainda que quando se trata da relação com a imprensa diária ou semanal, mesmo que esta prática não seja muito elevada entre os portugueses nesta região, verificámos, porém, um certo pendor para ler jornais e revistas alemães em detrimento dos portugueses. Tais comportamentos assumem particular destaque para os jovens, algumas mulheres que desde muito cedo exerceram profissões que as puseram em contacto

mais estreito com os alemães (operárias, empregadas de restaurante e de escritório e mesmo algumas empregadas domésticas), mas também um certo número de homens mais integrados na participação em certas actividades sociais ou até sindicais. Quanto aos jornais portugueses, interessam-se de sobremaneira pelos jornais regionais, e outros mais concebidos em favor dos portugueses no estrangeiro, como por exemplo, o Lusitano, o Emigrante, ou a Bola e pouco mais. Dizem que o preço dos jornais portugueses de tiragem nacional é deveras elevado e por isso não se preocupam em estar ao alcance dos portugueses nestas paragens, mas tão só do aspecto económico, conforme nos relatam.

“Não faz sentido que o jornal público custe aqui seis marcos. Nem os italianos nem os turcos agem desta maneira. O preço destes jornais aqui é praticamente o mesmo que na Itália e na Turquia. É por isso que têm tanta saída aqui na Alemanha. Mas não os portugueses procuram é explorar-nos” (H., 36 anos, tecelão).

“A Turquia tem aqui os jornais todos. Nós é uma miséria. E quando há são muito caros. É uma coisa louca” (H., 37 anos, operário).

“Não leio jornais portugueses. Há dificuldade em encontrá-los e quando se encontram no quiosque da estação são muito caros. Leio antes os alemães quase sempre no trabalho” (M., 45 anos, emp. doméstica).

Mesmo aceitando esta realidade, importa ter também presente que se trata de uma população onde os hábitos de leitura, em geral, e dos jornais em particular não fazem grandemente parte dos seus modos de vida, embora para os jovens as coisas sejam algo diferentes. E na maioria dos casos estudados, aqueles que o fazem não inscrevem este comportamento num “habitus” interiorizado antes da emigração.

Tendo em conta este conjunto de aspectos poder-se-á, então, dizer, em primeiro lugar, que, à medida que o contacto se prolonga com uma nova sociedade, onde predomina uma outra organização do trabalho e se intensificam os mecanismos de aprendizagem de todos os determinismos inscritos no trabalho assalariado e dos efeitos que daí decorrem, é uma nova identidade social e um outro olhar sobre a realidade que se forja. A uma anterior identidade, inseparável de uma pertença a uma comunidade aldeã e grupo de origem, dum sistema de valores que lhe era solidário, opõe-se uma outra maneira de se definir, uma outra representação de si próprio e do meio e dos modos de se relacionar com o mesmo. Aqui identificam-se com outros colegas de trabalho, com pertenças profissionais mais antigas e mais habituados às regras do sindicalismo e menos com o vizinho do lado, outra forma de organização social, outros modos de vida,

outros sistemas de valores, outros hábitos de consumo e outras formas de relações sociais, tanto no interior da comunidade portuguesa, como da sociedade alemã, ainda que estas possam ser objecto de um fenómeno de reinterpretção, isto é, interpretam-se os novos conteúdos sociais e culturais em função do sistema cultural anterior, mas agora dotados de novas significações (S. Abou, 1981).

Os caminhos da identidade religiosa. Os portugueses em terras da Baviera

À partida, o objectivo imediato e principal do nosso trabalho de investigação não era exclusivamente o estudo da religiosidade dos portugueses na região norte da Baviera. Como já foi anunciado, visa antes estudar as questões da recomposição identitária e da cidadania activa. Todavia, a identificação das características religiosas dos entrevistados constituiu uma parte específica do nosso estudo.

No contexto das deslocações de populações, de uma maneira ou de outra, a esfera religiosa representa uma parte importante da bagagem cultural do e/imigrante, pelo menos aquando da partida. Uma tal afirmação baseia-se na correlação estreita, existente entre os indicadores da imigração portuguesa nos anos sessenta-setenta: correlação entre índice de emigração, índice de ruralidade e pertença à região norte e interior norte e centro. Nesta época, são exactamente estas regiões portuguesas de cariz rural que se encontram mais distanciadas do desenvolvimento industrial e, normalmente, mais propensas a uma religiosidade mais intensa (H. Mendras, 1977; J. Madureira Pinto, 1982).

É também nestas zonas que os estudos de sociologia da religião, prosseguidos em 1977 pela Universidade de Évora, apresentam índices de prática religiosa mais elevada e onde a religiosidade, ainda hoje, se manifesta com formas e conteúdos profundamente ligados a uma visão particular da vida e das relações sociais.

Na situação que estudámos o que pretendemos não é tanto afirmar a densidade do factor religioso na bagagem cultural do e/imigrante, mas encontrar antes, no presente, os indicadores da sua singularidade. Refira-se, por exemplo, que os portugueses, na região em estudo, se preocuparam mais cedo com a organização associativa (1973) do que com a organização religiosa (1976). E não se diga que a língua se podia tornar o principal obstáculo para os que pretendiam continuar a ser praticantes em terras alemãs. O que não tinham agora era a mesma pressão social da aldeia

natal. Ademais, haviam pertencido a uma Igreja portuguesa do antes Concílio Vaticano II, o que significa que a generalidade dos actos litúrgicos eram celebrados em latim. Ora, tais "usos e costumes" pareciam distanciar-los do alcance da profundidade e do sentido que as palavras podiam conter, pese embora a valorização da dimensão do mistério que o desconhecido pode imprimir ao sagrado. Mas, o que é verdade é que com a e/imigração, a prática religiosa dos portugueses na região em estudo cresceu bastante.

Seja como for, os objectivos gerais que são os nossos e a característica compósita dos nossos entrevistados incitaram-nos a uma análise da religiosidade dos portugueses, a partir, por um lado, do seu conhecimento, frequência e percepção acerca da organização religiosa portuguesa, sediada em Nurnberg e disseminada também por diversas comunidades e, por outro, da sua posição pessoal perante a religião, segundo as dimensões da religiosidade relacionadas com a prática religiosa, a formação religiosa, sobretudo no que se refere à formação religiosa dos filhos, a relação com os ritos religiosos de carácter iniciático (Baptismo, 1ª comunhão e profissão de fé, crisma, casamento, funeral), ou épocas litúrgicas anuais de maior esplendor, como o Natal e a Páscoa, conformidade doutrinal e expressão de fé, carácter consequente dos princípios éticos aliados à religião católica e os ideais de vida.

a) Conhecimento, percepção e frequência das instituições religiosas

Como acabámos de referir a Igreja Católica alemã, desde 1973, estimulou a criação de estruturas religiosas étnicas paralelas aos serviços oferecidos pelas paróquias locais, onde a presença dos estrangeiros era mais intensa.

Na região em estudo, a Missão Católica Portuguesa de Nurnberg, em comparação com outras instituições e organizações, tanto locais como portuguesas, é das mais conhecidas pelos portugueses, independentemente da sua posição perante a religião. Até porque muitos, dizendo-se não praticantes, afirmam não hesitar recorrer aos seus serviços de índole social e jurídica como, por exemplo, a ajuda no preenchimento de dossiers, no andamento de certos processos administrativos e a solicitação de actos religiosos de cariz mais ou menos pontual, logo que a necessidade se imponha. O grau de maior conhecimento e recurso destes serviços parece situar-se directamente em Nurnberg e Bamberg, possivelmente por se tratar de localidades mais próximas da sede da referida instituição. Mas, também

não é raro que de locais mais distantes chegue a solicitação destes serviços, através daqueles que, mesmo à distância, se encontram mais perto desta instituição, em virtude do seu empenhamento (membro do Conselho de Pastoral, catequista, pertença ao grupo coral, entre outras tarefas) e frequência litúrgica mais regular.

A este propósito, as entrevistas permitiram destacar três canais de informação privilegiada: a utilização das redes informais de conhecimento e de informação; o recurso aos canais de inter-conhecimento, para procurar solucionar os principais problemas; a utilização do tempo livre para reencontros no interior da comunidade portuguesa, podendo estes ter lugar fora dos locais da missão, como por exemplo no espaço das associações ou dos centros ou ainda no convívio duma refeição de domingo ou outras ocasiões de festa em casa de familiares e/ou amigos. O acesso a estes canais de informação remonta aos primeiros tempos da imigração e da organização socio-religiosa entre os portugueses e vai fazendo parte do seu capital de experiência e memória migratória. De maneira geral, estes círculos de informação e de recurso de serviços tendem a prolongar-se ao longo da trajectória migratória e podem mesmo estender-se para lá do espaço geográfico alemão e englobar também as vindas a Portugal durante as férias ou até as relações que se tecem entre os que ficaram e os que já regressaram.

Globalmente, poder-se-á mesmo dizer que esta rede de relações, ainda que por vezes se alargue, tanto a portugueses como a alemães, substancialmente, tende a manter-se no tempo e no espaço e não é anulada pelas várias transformações que se vão produzindo, a nível profissional e dos hábitos sociais e culturais. De algum modo, poder-se-á até dizer que a contribuição determinante, na construção deste círculo de relações prende-se, por um lado, com o capital profissional e cultural dos portugueses quando partiram (de resto para a Alemanha, com mais exigências em matéria escolar e de formação profissional do que, por exemplo, para a França:) e aquela que, em contacto com uma nova realidade social e cultural, já foram sendo capazes de construir em terras alemãs.

Ora, a esfera religiosa não escapa a esta dinâmica, mas situa-se, antes, na inter-confluência das relações fundamentais, desde o período inicial de reencontro e de organização e da experiência adquirida, ao longo da estadia nestas paragens. Se é verdade que, com o decorrer do tempo, os portugueses têm aqui muito mais probabilidades de adoptarem novos traços culturais e sistemas de valores da sociedade envolvente, também não é menos real, na generalidade dos casos, que os primeiros anos de estadia

exercem um papel fundamental no tocante à urdidura dos círculos de relações sociais com o conjunto das instituições, inclusive as de índole religiosa. Denota-se, por exemplo, que os mais comprometidos nesta organização, em virtude de um certo número de actividades conjuntas, beneficiam de uma rede de relações mais alargadas, tanto com elementos da comunidade portuguesa, como com pessoas das paróquias alemãs.

Frise-se, contudo, que, actualmente, a afirmação de vários dos nossos entrevistados, segundo a qual conhecem pessoalmente a Missão Católica Portuguesa, não é, por si só, um factor indicativo de uma frequência religiosa elevada e mais ou menos assídua, pois que uma grande parte dos portugueses, na região em estudo, se revela cada vez mais afastada de uma prática religiosa similar à que tinham antes da emigração, na sua terra natal. Na maioria dos casos, trata-se menos de uma relação personalizada, no sentido de uma opção consciente e comprometida, mas antes de uma relação esporádica, mais ou menos reservada a ocasiões pontuais de solicitação de serviços relacionados com a prática de alguns sacramentos, ou procurando associar-se a este ou àquele evento de maior relevo, organizado pela própria Missão Católica Portuguesa: inauguração das novas instalações, peregrinação em honra de N. Senhora de Fátima, tal ou tal festa do calendário litúrgico e assim por diante.

Refira-se, no entanto, que muitos dos nossos entrevistados evocam o Natal e a Páscoa como duas ocasiões privilegiadas para participarem nas cerimónias religiosas. Não é apenas porque são mais festivas e vividas com mais brilho e esplendor no interior da liturgia da Igreja católica, mas também porque lhes permitem aproximarem-se mais do anteriormente vivido, antes da emigração e que ainda hoje é, nas suas terras, objecto de grande devoção e manifestação pública. Por exemplo, no norte de Portugal, à Páscoa está associado o “compasso”, ritos que não se praticam nos locais onde agora vivem, mas que lembram frequentemente. É em momentos desta natureza em que o apelo à religião - do latim “relegere”, isto é ‘, o que convoca e reúne ou de “religare”, logo o que une e religa - parecendo estabelecer laços mais intensos entre os presentes e os ausentes, o passado e o actual, o próximo e o longínquo, o sagrado e o profano, é evocado com mais intensidade.

b) Prática e identificação religiosa

Uma cuidada análise das características religiosas da maioria dos portugueses, nesta região leva-nos ainda a concluir que, em termos de prática

religiosa, a maioria foi-se afastando destes caminhos de identificação com uma maneira de se comportar perante a religião que levaram da sua terra. Daí que, para uma grande parte, a ausência de contactos com a Missão Católica portuguesa signifique praticamente a ausência de relações com a instituição católica. Todavia, para um número bastante reduzido tal pode significar uma escolha em favor da adesão às práticas dominicais, no interior das paróquias alemãs. Para outros ainda, representa um novo modo de se identificar como católico não praticante, mas disposto a ser consumidor de ritos iniciáticos relacionados com o pedido de baptismo, catequese e comunhões para os filhos, como alguns também nos relataram, uma certa tendência para recorrer ainda ao casamento religioso, mesmo após períodos mais ou menos longos de coabitação e aquando do funeral de um familiar ou de um compatriota. São os designados “cristãos das quatro estações” de que em 1955 já falava G. Le Bras.

Quando questionados acerca da educação religiosa dos filhos, o leque de respostas é bastante diversificado. Assim, há aqueles para quem seguir a tradição parece ter ainda algum sentido, embora bastante distinto do dos pais a seu respeito, como nos dizia um dos nossos entrevistados.

“Sou crente. Quando vou à missa gosto de lá estar. Mas vou muito poucas vezes”...E à pergunta sobre o que pensa fazer em termos de educação religiosa da filha responde: “Penso fazer o que os meus pais me fizeram e levaram a aprender. Gostaria que fosse à catequese, mas não a obrigo. Quando crescida ela faça o que quiser. Faça como eu fiz” (H., 37 anos, Mecânico).

Uma catequista com quem falávamos dizia-nos que os pais portugueses nesta região, hoje, se interessavam muito pouco pela catequese dos filhos e entre eles, alguns julgavam até que o facto de inscreverem os filhos na catequese representava um favor para a catequista e para o padre. Para muitos dos pais praticantes a situação também é, por vezes, algo complexa. Dizem ter-se preocupado com a formação religiosa dos seus filhos. Passado algum tempo, parte deles consideram-se desiludidos ou conformados com a situação. Afinal, em muitos casos, os filhos abandonam a prática religiosa.

“Eduquei os meus filhos religiosamente. Enquanto viveram connosco foram sempre praticantes. Mas logo que saíram de casa para se casarem, mesmo na Igreja, abandonaram a prática religiosa. Mesmo assim dizem-se crentes. Mas não praticam. Agora são maiores. Estão na casa deles. Podem escolher, ainda que quando vivessem connosco as coisas não fossem bem assim” (M, 49 anos, operária).

“Educámos os nossos filhos na religião. Fizeram a catequese, todas as comunhões, o crisma, mas agora as coisas são diferentes. O mais velho quando se casou, na Igreja, deixou de praticar e o outro nem foi preciso chegar lá. Continua a viver connosco mas não se interessa pela religião” (H. 61 anos, reformado).

“Aqui é assim. A partir dos 18 anos os pais não têm qualquer influência sobre os filhos e como a maioria dos colegas não praticam eles fazem o mesmo. Mas é um bom filho, um bom empregado e nunca nos deu qualquer problema. Alguma coisa lá fica” (M., 52 anos, empregada doméstica).

“É uma questão complicada. A religião hoje é secundária. Os pais já não se preocupam com a educação religiosa dos filhos” (H., 53 anos, operário).

“Aqui as crianças têm catequese na escola. Mas se em casa não forem ajudadas pelos pais esquecem-se e afastam-se... Ora, se os pais não se preocuparem seriamente com esta questão os filhos também não ligam. E a maioria dos portugueses aqui parece não estar para se ralar com esta questão. Por isso não admira que tão poucos sigam a religião. Os alemães também não e eles tendem a fazer igual” (M., 52 anos, Doméstica).

Estas expressões e muitas outras similares que nos foram transmitidas, permitem compreender que, num meio onde a prática religiosa decresce enormemente, onde reina uma certa distância e indiferença perante a religião e, ao invés, impera um conjunto de valores mais orientados para a materialidade das coisas, se torna mais difícil, em termos inter-geracionais e até intra-geracionais, conseguir um ambiente propício a uma certa continuidade das práticas religiosas que, de algum modo, transportaram nas suas bagagens. Na esteira de C. Hill (1971), podemos dizer que a experiência originária dos imigrantes reveste, frequentemente, um carácter rural comunitário bastante pronunciado, onde a integração, inclusive religiosa, de todos os membros da comunidade local era espontânea e natural. Ora, a experiência fundamental que vão viver, agregando-se à classe operária autóctone, é a de ser aparentados a uma classe que mantém poucas relações com as instituições religiosas dominantes. Daí, uma nova percepção sobre o religioso que os pode conduzir a uma releitura, em termos de classes, destas instituições. Pela primeira vez, experimentam o sentimento de distância social que os pode separar dos outros membros da Igreja, tal como de uma certa relativização da importância da religião, o que se inscreve perfeitamente bem nos valores religiosos da “modernidade avançada” (D. Hervieu-Léger, 1999).

Acontece, assim, que, em muitos casos, tendem a fixar a prática religiosa do lado de cá da fronteira. Até porque muitos quando vêm de férias, continuam a ter comportamentos religiosos semelhantes aos que tinham antes da partida. O caso dos jovens é algo diferente, pois são muito poucos aqueles que continuam a seguir uma prática religiosa regular, aliás, fenómeno que também tivemos ocasião de observar no interior das paróquias alemãs, em Nurnberg e Bamberg. No caso português, de maneira geral, pelo que nos foi dado estudar, fazem-no sobretudo aqueles que para além de serem bem enquadrados pela família, exercem, no interior da comunidade portuguesa, alguma actividade de participação mais directa na liturgia, animação musical ou outra similar. Tais práticas tendem a inscrever-se nas lógicas comportamentais religiosas da modernidade avançada, em que predomina a individualização do crer e muito menos a imposição-aceitação de uma praxis familiar e social inscrita numa comunidade de crentes (D. Hervieu-Léger, 2001).

Deparamo-nos com uma consequência expressiva da mudança, em termos de identidade e de comportamento perante a religião, segundo se está dum lado ou do outro da fronteira, se pertence a esta ou àquela geração, se está mais ou menos sintonizado com os valores desta ou daquela época e contexto social. Mas é possível e desejável ir mais longe na exploração e alcance de uma tal operação.

Encontrámos um significativo ponto de vista, por parte dos praticantes e não praticantes, dos adultos e dos jovens no tocante, à descrição da actividade do padre português, responsável pela Missão Católica Portuguesa. Sob o ponto de vista da assistência humanitária e da acção social, o padre é visto como um interventor social polivalente (resolver as dificuldades dos portugueses quando necessitam de intervenção junto das autoridades judiciais ou administrativas, ajudar a encontrar trabalho, a possibilidade de legalizar a situação, resolver dificuldades familiares, visitar doentes no hospital, entre outras), o que se inscreve na linha do mais tradicional, quando o pároco na aldeia era a individualidade mais culta e mais capaz de resolver um certo número de problemas sociais e familiares. Ainda que as coisas tenham, hoje, mudado bastante em Portugal, a este propósito, é esta a imagem que muitos forjam do padre em contexto imigratório. A seguir vem a celebração da missa e de outros actos litúrgicos. Esta tendência para misturar o exercício do trabalho social com a celebração da missa ou outros actos de culto inscreve-se, perfeitamente bem, na linha dos modelos culturais da sociedade portuguesa dos tempos que antecedem estas vagas de emigração.

Por outro lado, a distância que parece criar-se, por exemplo, ao nível das organizações dos serviços consulares portugueses adstritos para a região e a ausência de outras estruturas de apoio, ainda que do lado alemão existam bastantes, podendo a barreira da língua tornar mais difícil o contacto, eis um conjunto de factores que contribuem para reforçar o prestígio do pároco, da secretária e da Missão Católica Portuguesa, enquanto *operadores sociais*, funcionando, muitas vezes, como substitutos em situação de carência. Deste modo, vão conquistando o estatuto de “representantes legítimos” junto da população portuguesa e das diversas autoridades com quem têm que lidar no dia a dia.

Uma outra dimensão, que globalmente caracteriza a recomposição identitária do grupo em análise, em termos religiosos – para lá de todas as mudanças verificadas entre os praticantes e militantes que se prendem com a maneira de conceber e viver a religião de modo mais inserido na vida, graças às acções de formação e de contactos mais abertos, inclusive com a Igreja Católica alemã – para a maioria dos portugueses da região, está ligada à tradição e à afirmação social que lhe está associada. As palavras de um dos nossos entrevistados atestam perfeitamente bem esta dimensão.

“Logo desde o princípio, já havia muitos alemães que ajudavam bastante os portugueses a ultrapassarem as suas dificuldades, ainda que outros fossem menos abertos. Com o tempo as coisas foram mudando. Aprenderam a conhecer-nos melhor. Deram-se conta que tínhamos muita coisa em comum. Por exemplo, diziam que éramos trabalhadores, honestos e íamos à missa. Assim, sob o ponto de vista religioso não havia muita diferença ao contrário dos turcos. Mas nós também nos fomos esforçando para nos adaptarmos melhor” (H., 42 anos, operário).

Com efeito, ser-se português católico em terras da Baviera significa também identificar-se com muitos dos alemães, pois que, nesta região, uma parte significativa da população é “evangélica”⁶. Todavia, para a generalidade das pessoas, significa também continuar fiel a uma tradição familiar e social veiculada pelo contexto envolvente (M. Martins, 1996), a uma espécie de boa educação que, pautando-se por certos princípios éticos, oferece as bases para um certo comportamento moral, ou então pouco fazer para mudar uma certa roupagem mental e comportamental, no interior da qual se foi crescendo. Daí, que, a generalidade dos nossos entrevistados, ainda que muitos se declarem não praticantes, ou até algo indiferentes, no referente à identidade social se declarem católicos.

⁶ O termo protestante é aqui muito depreciativo, pelo que na Alemanha a designação correcta é a de “evangélico” e não a de protestante como estamos habituados a utilizar.

O que parece ser novo, no contexto em que se encontram, é a capacidade de liberdade com que fazem as suas escolhas, comparativamente com o anteriormente vivido na aldeia e na paróquia de origem. Aqui, frequentemente, a comunidade paroquial aldeã tendia a envolver os paroquianos numa prática religiosa mais ou menos comum. Vivia-se, assim, num contexto social integrador. Ao invés, no interior do espaço da imigração, de resto mais marcado pela laicidade e secularização, a oferta do religioso é ela própria dispersa e diversa. Daí que o próprio campo do religioso não seja realmente unificado e definido, igualmente vivido por todos, apesar da existência de uma organização de origem étnica, tendendo, por um lado, a assegurar a presença da Igreja nacional portuguesa neste espaço e, por outro, a fazer a mediação entre a comunidade portuguesa e a Igreja Católica alemã. Há que contar ainda com o fenómeno da desinstitucionalização da religiosidade de alguns portugueses, verificável, por exemplo, na desvinculação do pagamento do imposto do culto (*Kirchgemeinde*), questão que não nos foi possível aprofundar. Porém, para alguns, ainda que em menor escala, a vinda para terras alemãs de migração representa também uma ocasião para se posicionarem diferentemente perante a religião e a Igreja em geral, no sentido de uma adesão mais consciente e comprometida, de um maior empenhamento nas actividades formativas e de co-responsabilidade pastoral e social com o pároco no interior da Missão Católica Portuguesa e dos reflexos externos que daí decorrem.

Pensar a cidadania. A experiência de se sentir cidadão em terras da Alemanha

A noção de cidadania, tendo alcançado um grande sucesso ao longo dos últimos decénios, nem por isso se tem tornado menos complexa. Vector ou sinal de ordem social e política para uns, para outros aparece também como forma de reivindicação relacionada com formas de participação social que não se confinam ao estritamente político, como por exemplo, o direito e o dever de votar para esta ou aquela eleição. Entendida apenas desta última maneira, a cidadania proporciona a desresponsabilização dos cidadãos daquilo que verdadeiramente lhes diz respeito: a organização e gestão da “cité”, isto é, a participação activa de todos na vida da sociedade onde vivem. Isto não significa enveredar por uma democracia directa, mas antes pela promoção de uma inter-actividade e comunicação entre os cidadãos que implica autonomia, responsabilidade, cooperação e criatividade.

Muito concretamente, trata-se de abrir espaços de acção aos indivíduos e grupos de indivíduos que integram a vida económica, social e cultural

da sociedade e contribuem para o seu desenvolvimento, numa atitude de reconhecimento recíproco onde até podem emergir as questões da identidade. Nesta perspectiva, é possível aos actores sociais passarem de uma situação de cidadãos passivos para uma outra de cidadãos activos. Daqui poderá emanar uma nova concepção de cidadania que se opõe àquela que, tradicionalmente, estamos habituados a ser confrontados: o aceitar votar por este ou por aquele que nos apresenta um programa de acção e de governo previamente concebidos por alguém que nos é exterior.

Se isto se verifica no interior da generalidade das sociedades europeias, onde, desde há muito, imperam os regimes democráticos, as coisas tornam-se ainda mais complexas quando a presença de grupos imigrantes cresce e tende a prolongar-se no tempo e até a assumir um carácter de permanência, como aquele que analisamos. Até muito recentemente estas sociedades têm teimado em fazer cidadãos apenas os nacionais desse país. Todavia, desde meados dos anos noventa, que no interior da maioria dos países da União Europeia, os imigrantes intra-europeus podem votar ao nível das eleições autarcas, como também é o caso da Alemanha. Vai-se denotando, assim, alguma abertura no sentido da pluriculturalidade e da capacidade de mudança, em relação à percepção da cidadania activa dos vários grupos que coabitam sobre os mesmos espaços geográficos e sociais. Como afirma L. Moita (2000, 53) “De uma forma ou da outra, as nossas democracias têm várias áreas de selectividade, mas as sociedades começam a ser plurais ou, se quiserem, a ser cosmopolitas, no sentido de que as nossas cidades são cosmos, pequenos universos múltiplos e plurais”.

Questionados sobre estes aspectos, pudemos constatar que a quase generalidade dos nossos interlocutores não atribui uma importância significativa ao voto político, seja a que nível for: governo alemão e autarquias, mas também governo e Presidente da República em Portugal. E isto independentemente da duração da estadia que, entre os nossos entrevistados, é, em média, mais elevada para as mulheres, entre 20-30 anos, como podemos verificar através dos dados insertos no quadro nº 2 e de mais de 10 anos para 65% dos homens. No entanto, nem por isso se sentem mais impelidos a exercer qualquer direito ou dever relativo à cidadania política. O sexo e a idade não têm aqui qualquer significado. Em relação à idade, no tocante aos homens, por detrás deste declarado desinteresse poder-se-á esconder uma outra questão que se prende com a obtenção da nacionalidade alemã e a probabilidade *quasi* automática de ter que vir a fazer o serviço militar. Ficando só com a nacionalidade portuguesa escapam a esta contingência. Mas o que é problemático, em termos de análise, é que as mulheres, não estando sujeitas aos mesmos constrangimentos, não parecem dispostas a

debaterem-se por estas questões, por vezes até sendo casadas com alemães, embora aqui as coisas possam assumir uma outra dimensão. Não, esqueçamos, porém, que, normalmente, as mulheres portuguesas vêm manifestando menos interesse e empenhamento na causa política que os homens.

QUADRO Nº 2 - PERCURSO MIGRATÓRIO DOS ENTREVISTADOS

MODALIDADES DE EMIGRAÇÃO				FACTORES DE EMIGRAÇÃO			DURAÇÃO DA ESTADIA		
LEGAL		CLANDEST.					ANOS		
H	M	H	M		H	M		H	M
20	38	-	-	Económicos	15	7	1-2	3	-
				Reag. famil.	5	31	4-6	5	1
							11-14	5	4
							17-19	1	3
							21-23	2	6
							24-26	1	9
							27-29	2	9
							30-32	1	6
							35-37	1	-
20	38				20	38		20	38
(a)	(a)				(b)	(b)		(c)	(c)

(a), (b), (c). Dois dos nossos entrevistados nasceram na Alemanha em 1978 e 1981

Dos dados recolhidos, podemos retirar duas razões fundamentais, capazes de explicar estas atitudes. Uma prende-se com o desconhecimento profundo acerca dos programas propostos pelos vários candidatos. No caso da Alemanha, tal facto deve-se essencialmente, a dificuldades linguísticas, logo que se trata de aceder a uma linguagem que integra muito de jurídico, de política e até de polémica partidária. Trata-se de uma linguagem que escapa, em muito, à vida do dia a dia com que estão mais familiarizados. No que se refere a Portugal, a distância a que se encontram faz com que, por um lado, desconheçam a verdadeira realidade portuguesa e o que isso implica em termos de escolhas políticas e, por outro, os programas também lhes, são desconhecidos e ainda por cima, os políticos portugueses parecem não se interessar verdadeiramente pelos reais problemas dos portugueses no estrangeiro. Procuram mais “a caça ao voto” que outra coisa, conforme nos relatam.

“Para muitos portugueses que vivem no estrangeiro a questão do voto em Portugal é complicada. Que conhecem eles do que lá se passa e dos programas políticos apresentados? Depois os políticos, para além da caça ao voto, também não se preocupam muito connosco no estrangeiro. O que fazem por nós? Aqui na Alemanha penso que o direito de voto não deve ser concedido de maneira generalizada. Por exemplo, quem não sabe falar ou ler o alemão não conhece praticamente nada de política. Logo ao pôr a cruz até a pode pôr mal. Muitos estrangeiros ainda têm os olhos muito fechados em relação à política. Os outros ao fim de um certo tempo, quando já conhecem melhor as coisas, deveriam poder votar” (M., 36 anos, Emp. doméstica).

“Nós aqui nem sequer sentimos necessidade de votar. O governo alemão tem boas medidas para nós. E agora com o novo governo do SPD as coisas ainda melhoraram mais. Nós temos os mesmos direitos que os alemães excepto no que se refere ao voto. Mas ao nível das regalias sociais, e da saúde em particular, temos todas as condições como os alemães” (H., 42 anos, operário).

“O voto em Portugal não me diz muito. Não sei o que lá se passa nem conheço as pessoas. Mas acho que se deveriam interessar mais por nós aqui. Os nossos governantes até parece que nos esquecem. Só quando há eleições é que se lembram de nós. Quando queremos uma coisa e temos que ir ao Consulado a Stuttgart sabe Deus como somos atendidos. Afinal temos mas é os serviços alemães que se interessam muito mais por nós e respondem àquilo de que temos necessidade. Depois também não criam condições para as pessoas se poderem recensear. É preciso ir aos consulados portugueses que para muitos ficam a centenas de quilómetros de distância. Pelo que fazem por nós não vale a pena. Mas também não concordo com o voto dos estrangeiros aqui. Nem sempre conhecem bem o que se passa e depois temos todos os direitos sociais como os alemães. Desde que as pessoas se portem bem são tão bem aceites como os alemães. Eu aqui não me sinto estrangeira. Nunca tive nem tenho razão de queixa dos alemães. Por isso não sinto necessidade de votar” (M., 48 anos, operária).

“Sinto-me muito bem na Alemanha. Nasci cá e fiz toda a escolarização aqui. Já trabalho e tenho amigos alemães, turcos, italianos e portugueses. Tenho a nacionalidade portuguesa e não penso pedir a nacionalidade alemã. Tenho os mesmos direitos dos alemães excepto o de votar. Mas isso não me diz grande coisa. Não tenho necessidade de votar para ter todos os directos sociais e isso é o mais importante” (H., 22 anos, Mecânico).

“Os estrangeiros pertencentes a países da União Europeia já podem votar. Mas acho que deveriam poder votar para todas as eleições. Nós pagamos impostos como os alemães. O voto é o único aspecto que nos distingue dos alemães. O resto, no que toca ao trabalho e aos direitos sociais, é tudo igual” (H., 26 anos, tipógrafo).

Como podemos constatar, o ponto a partir do qual se desenham estas atitudes está bem expresso no modo como se auto-avaliam, no tocante à sua “cultura sócio-política” e conhecimento das realidades que mais lhes dizem respeito, mas também no modo como, por um lado, aprendem o comportamento dos actores políticos partidários portugueses em relação a si próprios e às comunidades portuguesas no estrangeiro, em geral, e, por outro, na maneira de conceber as medidas sociais decorrentes de uma cidadania social em terras alemãs. Considerando serem muito boas e não serem objecto de qualquer tipo de discriminação social, comparativamente com os autóctones, parece-lhes não valer a pena empenhar-se mais activamente, em termos de cidadania política.

Em contrapartida, muitos poucos consideram que, com o decorrer do tempo, as questões da cidadania, no quadro da imigração, deveriam ser pensadas de maneira diferente e dar azo a que a possibilidade de voto seja extensiva aos vários níveis da vida da sociedade. Afinal, em termos da cidadania económica, social e cultural têm uma participação muito activa: trabalham, produzem, consomem, fazem descontos para a segurança social, pagam impostos fiscais como os outros, enviam os filhos à escola e a outras instituições de carácter formativo e cultural e mantêm com a sociedade envolvente vários tipos de relações. Logo através das virtudes de uma cidadania cívica participam activamente na vida da sociedade. O único aspecto de que estão excluídos, e que dizem não representar algo de maior importância, prende-se com o voto político generalizado.

Deste modo, apesar da cidadania representar um sentido de identidade e de pertença, não é concebida e vivida por todos da mesma maneira. No caso em análise isto prende-se essencialmente com a consciencialização que vão formando acerca do sentido de pertença a esta ou àquela “comunidade de destino” e a percepção acerca daqueles que, politicamente, as representam. Decerto que quando as pessoas se sentem parte integrante duma comunidade preocupam-se com o que lhe diz respeito e agem no sentido de contribuir para o bem estar da sociedade, mesmo antes de surgir a reivindicação dos direitos de participação. Porém, tendo em conta as atitudes expressas a este propósito não estaremos perante um grupo que, por um lado, vive ainda numa situação de alguma indefinição e, por

outro, avalia mais a sua capacidade de implicação social em termos de necessidade?

Há, de facto, um aspecto transversal a praticamente todas as entrevistas relacionado com a noção de necessidade. Para compreendermos melhor o alcance desta concepção e a sua dimensão, vale a pena fazer apelo ao fenómeno migratório na sua totalidade, isto é, a situação que antecedeu a emigração e a que têm vivido no decorrer da imigração. Só assim se poderão compreender melhor algumas destas atitudes e comportamentos.

Uma grande parte dos portugueses, que habitam na região que estudamos, ao partirem levavam um fraco capital de experiência de participação política e social. Basta lembrar que o voto político apenas foi extensivo à generalidade da população portuguesa votante após 1974. Simultaneamente, pertenciam a estratos da população de condição social modesta, onde esta problemática se fazia sentir com menos equidade. De início, são sobretudo os factores económicos, ainda que enleados de outros psicossociais, visando melhorar a sua situação pessoal e familiar, que criam a necessidade de se sentir impelido a partir. Na esteira de P.-H. Chombart de Lawue (1971, 1975), dir-se-á que era um "comportamento de preocupação" que mais pautava as suas atitudes e comportamentos, em todo o processo que engloba a decisão de emigrar e os primeiros tempos da imigração. Por outro lado, esta começa por se inscrever na óptica da brevidade e do provisório. Estes mecanismos tendem, assim, a reflectir-se sobre vários aspectos.

À partida, a necessidade de encontrar, localmente, um certo número de elementos exteriores impõe-se: trabalho, alojamento, meios de comunicação, consumo, lazer, segurança e boa aceitação. Cada um deles funciona como factor de aceleração, visando encontrar os meios necessários para a realização dos projectos migratórios. Simultaneamente, um certo leque de aspirações, sendo realizadas, permite adquirir um conjunto de elementos indispensáveis para irem saindo dum "comportamento de preocupação". Para tanto, muito contribui a melhoria das condições sócio-económicas. Mas, em tudo isto, um factor fundamental se impõe: a segurança quanto ao futuro, tanto em termos profissionais e económicos, como de regalias, decorrentes dos sistemas de segurança social. Só quando estas condições parecem asseguradas, uma certa atitude latente para a participação mais alargada, tanto em relação a Portugal como à Alemanha, se poderá verificar.

De algum modo, o esforço para sair duma situação de necessidade é consequência da óptica do provisório e de situações económicas e políticas

muito concretas que, por sua vez, fazem com que o estado de necessidade perdure e tenda a acompanhar a trajectória imigratória. De facto, os portugueses, nesta região, foram sendo postos perante uma situação em que se viram incitados a seleccionar as oportunidades com que foram deparando: progressão no trabalho, melhoria do alojamento e do salário, garantia das regalias sociais e percursos de escolarização mais prolongados para os filhos. Em contrapartida, um maior investimento em aspectos como a cultura e uma cidadania mais activa implica outro tipo de esforços e riscos que parecem não estar muito decididos a correr. E isto ainda mais quando pairam algumas inseguranças, mesmo que difusas, quanto ao futuro e as políticas imigratórias da Alemanha se tornam ainda mais restritivas e o desemprego prolifera. Outro tanto se diga quando equacionam a questão do regresso e não podem ainda contar com a segurança dos seus próprios meios económicos e, quiçá, receiam perder algumas regalias, relativas à segurança social.

Em suma, uma certa margem de incógnita e de insegurança quanto ao futuro parece continuar ainda, por um lado, a dar força ao sentimento de necessidade, ao mesmo tempo que vai alimentando a ideia de alguma prudência logo que se trate da questão política e, por outro, o facto de não terem necessidade de lutar por boas regalias sociais serve de justificação para esta atitude de desinvestimento sócio-político.

A ausência de condições materiais, fora do quadro imigratório em que vivem, ou de soluções alternativas, contribuem, assim, para fazer evitar correr algum comportamento que, aparentemente, possa vir a lesar a situação do presente e do futuro. E ninguém quer correr o risco de um retrocesso. Daí, a permanência de atitudes menos propensas à participação sócio-política que porventura, possam vir a ser objecto de algumas questões, ou propícias a criar dificuldades, relativas à segurança que dispõem. Afinal, como os outros, trabalhando (talvez ainda mais afincadamente que eles), fazendo descontos, pagando impostos, preocupando-se com a educação dos filhos, sendo ordeiros e honestos, contribuem, grandemente, para o bom funcionamento da sociedade onde vivem. Em consequência, até beneficiam das mesmas regalias sociais, logo que se trata de pensar os benefícios da segurança social, o acesso aos serviços de saúde, o futuro gozo da reforma, os bons sistemas escolares e de formação profissional para os filhos, entre outros aspectos. Pelos factores de cariz, essencialmente, político não sentem necessidade de se debater.

Nestas condições, a relação com a sociedade envolvente caracteriza-se sobretudo por uma "*integração instrumental*" (vontade de aceder

aos bens e serviços proporcionados pela sociedade, trabalho, alojamento, transportes, segurança social, saúde, escolarização e algum lazer); mas também por uma “*integração de funcionamento*” (os portugueses são capazes de comunicar com os outros na língua alemã e dispõem de possibilidades de ganhar a sua vida), sem que se verifique, igualmente, o mesmo tipo de passagem à “*integração sócio-cultural*”, de âmbito mais alargado, isto é, uma “*integração participativa*” (querer exercer um papel activo no domínio sindical, político, movimentos sociais...). Com certeza que um ou outro o faz (mesmo entre os nossos interlocutores) e adoptam muitos traços da cultura e dos modos de vida alemães visíveis nas formas de trabalho, numa maior propensão para a racionalidade económica, nas maneiras de conceber o espaço doméstico, no respeito pelo ambiente, aliás questão muito recorrente e muito crítica, em relação a Portugal, nas formas de educar os filhos, na alimentação, ainda que com muitos traços da cozinha portuguesa, no vestuário, na maneira de se relacionar uns com os outros e assim por diante.

Ao nível da família, se é verdade que as relações hierárquicas e os papéis também mudaram bastante, dizem-se, contudo, mais reticentes em alguns aspectos, pois muitos consideram que as relações inter-geracionais são mais intensas e calorosas entre os portugueses que entre os alemães. Mesmo assim, consideram que a mudança se impõe, num novo contexto social e numa época, em que um pouco por todo o lado, a família tem sido objecto de múltiplas transformações.

Podemos, pois, dizer que não estamos ainda numa perspectiva de “*integração de aspiração*”, ou seja, um processo através do qual os adultos decidem ligar, inteiramente, o seu futuro e dos seus filhos aos projectos do grupo autóctone, como membros integrantes da mesma sociedade (S. Abou, 1990).

Todavia, dizendo continuar a sentir-se portugueses, na generalidade dos casos, afirmam querer continuar a viver na Alemanha, apreciar a sociedade alemã, a sua organização e desenvolvimento económico e social, a cultura e a educação das pessoas, o respeito pelo ambiente, as leis alemãs, entre outros aspectos. Como aspectos de maior dificuldade de adaptação indicam para os primeiros tempos a língua, o clima e a alimentação. Com o tempo acabam por habituar-se e interiorizar os elementos que mais necessitam para a vida do dia a dia. Para os jovens que para aqui vieram desde tenra idade ou aqui nasceram, a integração na sociedade alemã parece muito mais facilitada. Dão de longe preferência à língua, à cultura, à alimentação e aos sistemas de valores da sociedade alemã.

Só para dar uma ideia da amplitude e complexidade destas questões, diga-se que a grande maioria dos nossos entrevistados afirma querer continuar a viver na Alemanha ainda que não esqueçam Portugal, nem que são portugueses. A situação é ainda mais significativa para as mulheres. Encontramos apenas um caso em que a nível do casal, a mulher, decididamente, quer voltar para Portugal, independentemente do marido querer vir ou não e ter aí um filho casado, os netos e estes optarem pela permanência na Alemanha. Outros, em menor escala, erigem a casa e o que nela investiram como o factor que mais os liga a Portugal. A família, no âmbito do parentesco e os amigos parecem não exercer tamanho impacto. Até porque, com o decorrer do tempo, alguns pais já faleceram e, muitas vezes, é no interior do contexto imigratório que vão tecendo uma vasta rede de amigos e mesmo construindo novas famílias. Estas englobam tanto os portugueses entre si, como os alemães e portugueses e até outras nacionalidades, sendo esta uma prática muito corrente nesta região, com maior ênfase para os primeiros, o que atesta do grau de abertura intercultural em devir.

Conclusão

A análise que procurámos desenvolver, começando por traçar, muito sucintamente, as características do fenómeno da mobilidade geográfica internacional para a Alemanha e a correlativa inserção do fluxo migratório português neste movimento, na segunda metade do século XX, incide sobretudo em três aspectos essenciais, correlacionados com a questão das dinâmicas identitárias, em terras de imigração, muito mais sujeitas a vários tipos de recomposição, as percepções acerca da cidadania e o que tudo isto implica, em termos de integração social.

Para o efeito, apoiamo-nos, essencialmente, num trabalho de campo, de índole qualitativa, realizado no norte da Baviera, na primavera e verão de 2000. Daí pudemos extrair um conjunto de elementos que constituem o principal fundamento do trabalho que aqui apresentamos.

Uma primeira dimensão, prendendo-se com as questões relativas às recomposições identitárias, permitiu-nos relevar os factores mais intervenientes neste processo. Numa perspectiva dinâmica, pudemos constatar, e isto desde os primeiros tempos da estadia, o facto dos portugueses serem confrontados com outras formas e organização de trabalho, de alojamento, de relacionamento institucional, social e inter-individual, de conseguirem

ir ultrapassando as condições que os mantinham num “comportamento de preocupação”, para passarem a um “comportamento de consumo livre” (P.- H. Chombart de Lauwe, 1971, 1975), de forjarem outras aspirações mais orientadas para o futuro dos filhos e mais decalcadas sobre modelos da sociedade alemã, de se depararem com uma sociedade onde a secularização tem um impacto muito maior do que tinha na sociedade portuguesa, onde até então tinham vivido, dum menor controle social por parte da comunidade local, torna-se num complexo factorial que nos permite apreender as singularidades deste processo.

Frise-se, por outro lado, o impacto de uma outra dimensão que se prende com as mudanças sociais que, ao longo das últimas décadas, um pouco por todo o lado, têm sido muito intensas. Ora, em contexto imigratório as coisas tendem a acentuar-se ainda mais, uma vez que o peso da tradição tem, neste caso, um impacto muito menor, dado que os seus elementos se encontram muito mais dispersos e enquadrados no espírito do tempo que agora vivem. É verdade que as coisas podem não ser assim tão lineares, sobretudo, quando os fluxos de imigração da mesma origem são muito elevados e se denota uma grande tendência para uma organização interna (associativa e/ou religiosa) bastante elaborada. Neste caso, como diziam W. I. Thomas e F. Znaniecki (1918-1920, 1996), em relação aos imigrantes na América, nos inícios do século XX, há uma necessidade de reconstruir uma vida colectiva no novo país, de forma a recriar uma rede de laços sociais entre os membros do grupo, que integra muitos elementos da sociedade de origem.

Aspectos desta natureza também os encontramos, ao longo deste estudo. Mas, à medida que o tempo passa, têm interiorizado muitos outros elementos da cultura e da sociedade alemã. Sem sair do âmbito da organização interna, refira-se que se esta não é um decalque de organizações similares alemãs, também não reproduz, aqui, qualquer estrutura associativa ou religiosa sediada em Portugal, mas apresenta, antes, uma posição intermediária, entre uma e outra, com muitos elementos alemães e portugueses à mistura. Dir-se-á que, de certa forma e designadamente para os primeiros que partem, dificilmente poderia ser duma outra maneira, dado estarmos em presença de pessoas que, na generalidade dos casos, ocupam posições sociais específicas de classe social subalterna e que, ao longo da sua trajectória de vida, têm feito itinerários sociais e culturais particulares. Quando nos situamos no interior da sua organização, quer associativa quer religiosa, ao olhar para os símbolos expostos, para a maneira como são concebidas as actividades culturais e os próprios rituais correlativos, muito facilmente nos apercebemos que há uma tentativa de integração de

elementos do passado e do presente, com maior destaque para os da actualidade.

Por outro lado, num quadro mais alargado, verifica-se também que se têm reconstruído várias identidades singulares, que se prendem com a idade, o sexo, o tempo de estadia, a realização dos projectos imigratórios e de futuro, a posição de partida perante o grau de escolarização e a profissão, a rede de relações que se vão forjando, tanto no interior da comunidade portuguesa, como no contacto com a sociedade alemã e as percepções que as pessoas vão fazendo de si próprias, quando se correlacionam com uma ou outra pertença: cidadão português, cidadão alemão ou até cidadão europeu, como alguns no-lo invocaram.

Há ainda um outro factor de peso. A dimensão da comunidade portuguesa na região em estudo, não é muito elevada, pelo que o seu impacto, em termos organizacionais, é mais diluído. Simultaneamente, ainda que muitas das relações entre alemães e portugueses sejam mais de “carácter instrumental” e menos de participação activa, em termos de integração sócio-cultural e sobretudo política, nem por isso incitam menos à mudança paulatina. Outro tanto se diga do papel dos filhos que, através da escola e da profissão, tendo contactos muito mais abertos e intensos com os colegas alemães, introduzem outros elementos culturais no interior da família mais capazes de favorecerem a força e a coesão da mudança. De resto, os pais portugueses, considerando as leis alemãs muito protectoras, em relação aos jovens e muito punitivas em relação aos pais, logo que queiram, a todo o custo, fazer prevalecer a sua vontade, manifestam uma atitude que vai no sentido de acatar as normas vigentes. Em caso algum se identificam com os seus pais, quando confrontados com as questões da educação e das relações mais abertas entre pais e filhos.

Passando ao plano da recomposição da identidade religiosa há um elemento primordial que ressalta. A socialização de grande parte dos portugueses nesta região (que portanto se afirmam católicos na quase totalidade), aos valores institucionais defendidos pela Igreja católica, no sentido lato do termo, não parece realizar-se. A grande maioria não tem, aqui, uma prática religiosa regular e muitos não dão grande relevo à transmissão religiosa, relativa à educação dos filhos. Alguns continuam a preocupar-se com os ritos religiosos iniciáticos, mas, depois, são poucos os que se mostram interessados em seguir esta via. De resto, se para os adultos se faz referência à predominância das figuras parentais, na transmissão dos valores religiosos, tal facto não reveste significação idêntica para os filhos. Uns e outros, inseridos em sociedades onde o fenómeno da laicização e secularização atingem dimensões muito mais intensas e desligados dum

meio social, normalmente de cariz rural, muito mais integrador, sentem-se, agora, muito mais livres para fazerem as suas escolhas, sem qualquer forma de pressão familiar ou social. Por outro lado, poder-se-á perguntar se este fenómeno de afastamento de uma prática religiosa, que parece ter existido antes da emigração, não se inscreve já numa certa distância interior que aqui ia tendo lugar, mas sem espaço para se manifestar?

Em contrapartida, aqueles que têm com a religião e com a Missão Católica Portuguesa um contacto mais assíduo, inclusive “militante” para alguns deles, vivem a religião de modo algo diferente do passado na terra natal: mais articulação entre religião, vida e princípios éticos, mais abertura a actividades formativas e, duma maneira geral, às reformas introduzidas pelo Concílio Vaticano II no seio da Igreja Católica e compromisso e participação mais activos, no seio da Igreja. Há um conjunto de leigos que, em co-responsabilidade com o padre português, se empenham, profundamente, no conjunto das actividades religiosas e sociais no quadro da Missão Católica Portuguesa. Para outros, este reencontro paulatino com a comunidade religiosa, organizada sob a égide de uma origem nacional comum, também lhe permite recriar em terra estrangeira uma vasta rede de laços sociais.

De qualquer modo, poder-se-á dizer que os caminhos da e/imigração, abrindo mais oportunidades de mudança e de escolhas, permitem novas formas de recomposição identitária, a emergência de novas formas de cidadania, a construção de um imenso património que resulta da experiência de vida, num contexto pluricultural, do facto das pessoas e dos grupos poderem aprender outras línguas, descobrir diferentes normas de comportamento e forjar estratégias diversas para resolverem os problemas do dia a dia ou outros mais pontuais. É ao longo destas trajectórias que os portugueses, no norte da Baviera, vão construindo processos de integração social mais harmoniosos, capazes de os comprometer, igualmente, com a sociedade alemã, uma vez que, em situações desta natureza, a integração social só é possível se for bi-unívoca, isto é, exige vontade e abertura das duas partes integrantes deste processo e compromete, igualmente, os migrantes estrangeiros e a sociedade onde se encontram.

Bibliografia

ABOU S., (1981), *L'identité culturelle, Relations interethniques et problèmes d'acculturation*, Paris, Éd. Anthropos.

ABOU S., (1990), “L’insertion des immigrés. Approche conceptuelle”, in SIMON-BAROUH I., SIMON J.-P. (sous la direction de), *Les étrangers dans la ville*, Paris, L’Harmattan, pp. 126-138.

BAGANHA M., PEIXOTO J., (1996), “O estudo das migrações nacionais. Ponto de intersecção disciplinar”, in J. M. CARVALHO FERREIRA, R. MARQUES, J. PEIXOTO, R. RAPOSO (orgs), *Entre a economia e a sociologia*, Oeiras, Celta, pp. 233-239.

BALANDIER G., (1986), *Sens et puissance*, Paris, PUF (Coll. “Quadrige”).

BERTAUX D., (1980), “L’approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXIX, pp. 197-225.

BONI T., (2001), “Mutations sociales et recompositions identitaires”, in D. MERCURE (sous la direction de), *Une Société-Monde? Les dynamiques sociales de la mondialisation*, Quebec, Les Presses de l’Université Laval, pp. 149-164.

BOURDIEU P., (1979), *La distinction*, Paris, Éd. de Minuit.

BOURDIEU P., (1984), *Ce que parler veut-dire*, Paris, Fayard.

CASSOLA RIBEIRO F., (1986 a), *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos.

CASSOLA RIBEIRO F., (1986 b), *Emigração portuguesa. Algumas características dominantes dos movimentos no período 1950-1984*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos.

CHOMBART DE LAUWE P.-H., (1971), *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoel/Gonthier.

CHOMBART DE LAUWE P.-H., (1975), *Culture et Pouvoir*, Paris, Ed. Stock/Monde Ouvert.

DE CARVALHO J., (1979), “A Igreja em Portugal. Implantação territorial e estrutural”, *Economia e Sociologia*, nº 25-26, pp. 9-32.

DE GAULEJAC V., LEONETTI TABOADA I., (1994), *La lutte des places*, Paris, Desclée de Brouwer.

DE SINGLY F., (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.

- DUBAR C., (2000), *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*, Paris, PUF (Coll. "Lien social").
- DUBET F., (1994), *Sociologie de l'expérience*, Paris, Seuil (Coll. "La couleur des idées").
- ELIAS N., (1991), *La société des individus*, Paris, Fayard.
- ERIKSON E. H., (1972), *Adolescents et crise. La quête d'identité*, Paris, Flammarion.
- GOFFMAN E. (1982), *Estigma. Notas sobre a identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- HAGERSTRAND T., (1957), "Migration and area. Survey of a sample of Swedish migration fields and hypothetical considerations on their genesis", in D. HANNERBERG, T. HAGERSTRAND, B. ODEVING (eds), *Migration in Sweden. A symposium*, pp. 27-158.
- HERVIEU-LÉGER D., (2001), "Identités décomposées, identités imaginées, identités inventées", in D. MERCURE (sous la direction de), *Une Société-Monde? Les dynamiques sociales de la mondialisation*, Quebec, Les Presses de l'Université Laval, pp. 183-190.
- HERVIEU-LÉGER D., (1999), *Le pèlerin et le converti. La religion en mouvement*, Paris, CERF.
- HILL C., (1971), "From Church Sect Development in Britain: A Case of Status Deprivation", *Social Compass*, XVIII, p. 236.
- GEORGE P. (1977), *As migrações internacionais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEANDRO M. E., (1992), *Au-delà des apparences. L'insertion sociale des Portugais dans l'agglomération parisienne*, Thèse de doctorat, Université René Descartes, Sorbonne Paris V.
- LEANDRO M. E. (1994), *Au-delà des frontières. Famille et immigration. Contradictions et enjeux*, *Accueillir*, n° 199, (dossier), pp. 24-32.
- LEANDRO M. E., (1995), *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris, CIEMI-l'Harmattan (Coll. "Migrations et changements").
- LEANDRO M. E. (1998), "Lógicas interactivas. Projectos e estratégias familiares migratórias. Ritmos escolares e profissionais e denominação dos jovens de

- origem portuguesa", in J. ARROTEIA, P.-A. DOUDIN., *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 123-155.
- LEANDRO M. E., (1999), "Un pays partagé entre émigration et immigration", *Migrations Société*, Vol. 11, n° 64-65, pp. 181-197.
- LEANDRO M. E., (1999), "Les migrations au Portugal au crible de la presse", *Migrations Société*, Vol. 12, n° 67, pp. 129-142.
- LEANDRO M. E. (2000), "A construção social da diferença através da acção denominativa. O caso dos jovens portugueses perante as migrações internacionais", *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, Vol. 13 (1), pp. 5-30.
- LEANDRO M. E., (2001), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- LEANDRO M. E. (no prelo), "A emigração portuguesa no dealbar do milénio. Um novo contexto interno e externo", *Actas do Colóquio Mobilidade interna e migrações intraeuropeas na Península Ibérica*, Universidade de Santiago de Compostela.
- LIPIANSKY E., (1998), "L'identité personnelle", in J.-C. ROUANO-BORBALAN (sous la direction de), *L'identité*, Paris, Ed. Sociales.
- MADUREIRA PINTO J. (1982), "Campesinato em Portugal: Conservadorismo e apatia política", *Análise Social*, Vol. XVIII, n° 1, pp. 107-136.
- MALEWSKA-PEYRE H. et al. (sous la direction de), (1982), *Crise d'identité et Déviance chez les jeunes immigrés*, Paris, la Documentation Française.
- MARTINS M., (1996), *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*, Porto, Ed. Afrontamento (Col. "Biblioteca das Ciências do Homem).
- MENDRAS H., (1977), *Sociétés paysannes*, Paris, Armand Colin (Coll. "U").
- MOITA L., (2000), in *Educação intercultural e cidadania*, Lisboa, Conselho Nacional de Educação, pp. 33-38.
- PELOTE J., (1985), *Quem emigra quer saber*, Augsburg, Edição do Jornal "Diálogo do Emigrante".
- PORTERA A., (2000), "Identité et crise d'identité des jeunes d'origine italienne en Allemagne", *Migrations Société*, Vol 12, n° 68, pp. 7-22.
- PORTUGAL BRANCO J., (2001), *Comunidade portuguesa radicada em França em 1999 (População total)*, Paris, Embaixada de Portugal em Paris.

PRENCIPE L. et al. (1995), "Eglise et immigration en Allemagne", *Migrations Sociétés*, Vol. 7, n° 37, pp. 32-42.

RIESMAN D., (1964), *La foule solitaire*, Paris, Arthaud.

SAYAD A., (1976), *L'immigration algérienne en France*, Paris, Ed. Entente (2ème ed., revue et augmentée, 1984).

SAYAD A., (1999), *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Paris, Seuil. Préface de P. Bourdieu.

SENNET R., (1979), *Les tyrannies de l'intimité*, Paris, Seuil.

THOMAS L.-V., (1984), *Les phantasmes au quotidien*, Paris, Librairie des Méridiens (Coll. "Sociologies au quotidien").

THOMAS W., ZNANIECCKI F., (1996), *The polish peasant in Europe and America*, Chicago, University of Illinois Press.

WEBER M., (1971), *Économie et société*, Paris, Plon.